

panorama

inforegio

41

Primavera 2012

Ênfase nos resultados

Afinar a política de coesão

pt

EDITORIAL

Johannes Hahn

3

4-11

12

INDICADORES PRINCIPAIS: AJUDAR A ACOMPANHAR O PROGRESSO NAS NOSSAS REGIÕES

13-15

REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS – INOVAÇÃO NAS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS

16-17

PRESIDÊNCIA DINAMARQUESA DA UE: EU2012.DK

18-23

SIMPLIFICAÇÃO – SIMPLIFICAR A FUTURA POLÍTICA DE COESÃO

24-25

ENTREVISTAS

Constanze Angela Krehl & Lambert van Nistelrooij,
Membro do Parlamento Europeu

26-29

PROJECTOS

Exemplos de projetos na Espanha, Estónia, Países Baixos e Polónia

30-31

PRÉMIOS REGIOSTARS

32

O FEDER APOIA A ADMINISTRAÇÃO EM LINHA – MAS MAIS PRECISA DE SER FEITO

33

FORNECER «FINANCIAMENTO, FLEXIBILIDADE E FOCUS» A REGIÕES ESPECÍFICAS DA UE

34-35

MAPAS

Mortes nas estradas por milhão de habitantes, 2010
Potencial aumento de acessibilidade rodoviária: cenário de alta velocidade em comparação com a atual situação

36

DATAS DA AGENDA

Fotografias (páginas):

Capa: © Fotolia

Páginas 2, 4-8, 12-13, 15, 17, 20-21, 23, 32-33: © Shutterstock

Páginas 3, 30-31: © Comissão Europeia

Página 9: © Balázcz Pichler/Shutterstock

Página 10: © Regione Marche/Shutterstock

Página 11: © Erik Schuss/Shutterstock

Página 14: © Dayglow editions/Shutterstock

Página 16: © Stefan Emanoil Ilcus/Shutterstock

Página 21: © Fotolia

Página 24: © Jehnichen

Página 25: © Parlamento Europeu/Shutterstock

Página 27: © Paul Tolenaar

Página 28: © Ministry of Economy, Poland

Página 29: © Patronal CECOT

Esta revista é impressa em papel reciclado em inglês, francês e alemão.

Esta revista está disponível na Internet em 21 línguas no site http://ec.europa.eu/regional_policy/information/panorama/index_pt.cfm

As opiniões expressas na presente publicação vinculam apenas os seus autores e não reflectem, necessariamente, os pontos de vista da Comissão Europeia.



Um dos principais objetivos da nova abordagem à política de coesão, que anunciámos em outubro de 2011, é que esta se torne mais inteligente e mais focada. Deste modo, a política de coesão pode tornar-se, após 2013, na principal estratégia de investimento da União Europeia e na ferramenta fundamental para conseguir criar emprego e crescer – as metas da Estratégia Europa 2020.

É importante que esta forma de pensar mais inteligente seja alargada a outras áreas políticas estreitamente ligadas a esta. Em 14 de março, a Comissão apresentou os elementos do Quadro Estratégico Comum (QEC) para 2014-2020 – um quadro que integra a implementação da política de coesão com estratégias para a política de desenvolvimento rural, pescas e assuntos marítimos.

Estas áreas políticas são atualmente geridas por orientações estratégicas separadas e o QEC, que foi conjuntamente desenvolvido pelos departamentos da Comissão responsáveis por estes sectores, irá ajudar a assegurar que as novas prioridades de investimento e as ações principais recebem o máximo apoio não só por parte dos Fundos Estruturais e de Coesão, como também do Fundo Agrícola de Desenvolvimento Rural e do Fundo para os Assuntos Marítimos e as Pescas.

Conduzir os indicadores de resultados

Uma ênfase mais forte na concentração temática e na obtenção de resultados são características principais da futura política de coesão. Para aprender como é que estas alterações de política irão funcionar na prática, 12 autoridades de gestão de oito Estados-Membros em parceria com a Comissão levaram a cabo uma série de testes.

A partir desta pesquisa de medidas já ficámos a saber que a nossa nova abordagem é, de facto, praticável, embora exija uma profunda mudança nas práticas de quem concebe os programas. Para conseguir a desejada concentração temática, tem de existir um vasto processo de deliberação e opção política. Isto sublinha a importância de se lançar um debate político sobre as opções que devem presidir à conceção de programas.

Nesta edição da *Panorama*, falámos com algumas das pessoas envolvidas nos programas piloto para recolher as suas opiniões.

As nossas discussões com o Parlamento Europeu sobre as propostas da Comissão para a política de coesão 2014-2020 estão a registar progressos positivos. Nesta edição, os dirigentes da Comissão de Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu, Constanze Angela Krehl e Lambert van Nistelrooij, revelam-nos a sua avaliação à nova abordagem pós-2013.

Chamo também a atenção para o nosso guia alargado para os objetivos de simplificação da nova política de coesão, no qual oferecemos sugestões úteis para colocar a simplificação em prática.

Johannes Hahn

Membro da Comissão Europeia responsável pela Política Regional

FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO – UM FOCO MAIS FORTE NOS RESULTADOS

As propostas da Comissão Europeia para o futuro da política de coesão têm um foco muito mais forte nos resultados do que no passado. Em época de crise económica é mais importante que nunca que os recursos disponíveis sejam gastos de um modo que proporcione o máximo valor aos cidadãos da UE.

Os decisores políticos estão cada vez mais cientes de que um foco na correta utilização do dinheiro público não chega. O dinheiro pode ser gasto de forma correta e, ainda assim, os resultados podem ser limitados. O desafio atual é gastar corretamente e conseguir resultados.

O impacto é a alteração que pode ser credivelmente atribuída a uma intervenção. «Efeito de uma intervenção» ou «contributo de uma intervenção» são expressões alternativas para esta ideia.

Lógica de intervenção de um programa como ponto de partida

O ponto de partida da conceção de qualquer intervenção pública é a identificação do problema a abordar. Como haverá sempre um grande número de necessidades, a decisão sobre qual deve ser abordada é o resultado de um processo que inclui uma decisão política. A definição da direção da alteração pretendida e, por vezes, a situação a que se quer chegar (um objetivo) também faz parte deste processo.

Resultados, indicadores de resultados e indicadores de efeitos

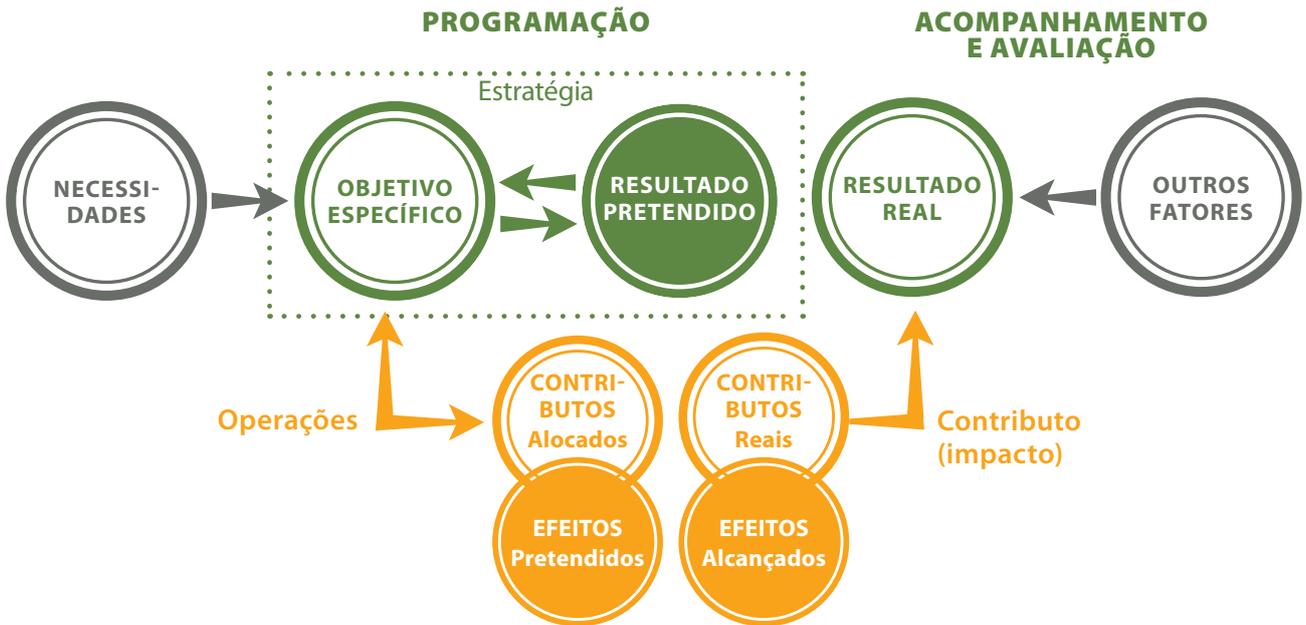
O resultado *pretendido* é aquilo que se tenciona mudar, com o contributo das intervenções financiadas.

Uma vez selecionado um resultado pretendido, deverá identificar-se um indicador que meça o seu progresso. A seleção de indicadores de resultados claros facilita a compreensão do problema e as necessidades da política e permite um julgamento posterior sobre se os objetivos foram ou não alcançados. Neste contexto, é útil definir objetivos para os indicadores de resultados.

Após ter identificado as necessidades e o resultado desejado, o decisor político deve decidir sobre os fatores que constituirão o objeto da política pública. Estes fatores constituirão as ações financiadas pelos programas, que produzirão *efeitos*. Os efeitos são o produto direto dos programas e destinam-se a contribuir para os resultados.



Pode ser útil ilustrar uma intervenção de modo gráfico através da utilização de uma *estrutura lógica*:



Acompanhamento

Acompanhar é observar. *Acompanhar os efeitos* significa observar se os produtos desejados são alcançados e se a implementação está no bom caminho.

Os programas da política de coesão são implementados no contexto dos múltiplos níveis da governação. Os atores deste sistema – as agências de implementação, as autoridades de gestão, os níveis nacionais e comunitários – diferem nas suas necessidades de informação. A nível europeu, uma das tarefas é agregar informação sobre todos os programas para prestar contas ao Conselho, ao Parlamento, ao Tribunal de Contas e aos cidadãos da UE sobre em que é que são gastos os recursos da política de coesão. Esta é a tarefa dos *indicadores comuns* definidos a nível da UE. Estes indicadores dizem respeito a atividades frequentemente apoiadas pelos Fundos Estruturais e de Coesão.

O acompanhamento observa também as alterações nos indicadores de resultados. O acompanhamento dos valores dos indicadores de resultados permite avaliar se os indicadores estão ou não a avançar na direção certa. Se não estiverem, isto pode originar uma reflexão sobre a adequação e a eficácia das intervenções e sobre a adequação dos indicadores de resultados escolhidos.

Os valores dos indicadores de resultados para as bases de referência, isto é o valor do indicador antes da intervenção e em datas posteriores podem, nalguns casos, ser obtidos a partir de estatísticas nacionais ou regionais. Noutros casos, pode ser necessário realizar inquéritos ou usar dados administrativos, como dados sobre o registo de empresas ou dados sobre beneficiários do subsídio de desemprego.

Avaliação

As alterações nos indicadores de resultados devem-se às ações cofinanciadas pela intervenção pública, por exemplo, pelos Fundos de Coesão, bem como a *outros fatores*. A diferença entre a situação antes e depois da intervenção pública não é igual ao efeito da intervenção pública:

$$\begin{aligned}
 & \text{ALTERAÇÃO NUM INDICADOR} \\
 & \text{DE RESULTADO} \\
 & = \\
 & \text{CONTRIBUTO DA INTERVENÇÃO} \\
 & + \\
 & \text{CONTRIBUTO DE OUTROS FATORES}
 \end{aligned}$$

Avaliação de impacto – obter efeitos

Destriçar os efeitos da intervenção face ao contributo de outros fatores e compreender o funcionamento de um programa é tarefa para a avaliação de impacto. Duas questões precisam de ser respondidas:

- A intervenção teve um efeito e, se sim, qual a importância – positiva ou negativa – deste efeito? *Funciona?* Existe um nexo de causalidade? Estas são as perguntas a que *as avaliações contrafactuais de impacto* devem procurar responder.
- Porque é que uma intervenção produziu determinados efeitos intencionais (e não intencionais)? Responder às perguntas sobre «*porque é que e como é que funciona?*» é o objetivo das *avaliações do impacto baseadas na teoria*.

As perguntas não devem ser respondidas isoladamente. Cada avaliação à pergunta «funciona» precisa assumir elementos básicos de uma teoria da mudança (como e porquê?) para determinar quais as alterações que devem ser observadas e atribuídas a uma causa. Do mesmo modo, cada avaliação que pergunte «porque é que funciona?» tem de assumir – talvez implicitamente – uma situação contra-factual. Idealmente, *as abordagens contrafactual e baseada na teoria devem complementar-se uma à outra*.

Avaliação da implementação – o aspeto administrativo

As avaliações à implementação observam como é que um programa está a ser implementado e administrado. As perguntas típicas são se os potenciais beneficiários têm ou não conhecimento do programa e se têm acesso a este, se o processo de aplicação é tão simples quanto possível, se os critérios de seleção dos projetos são claros e relevantes, se existe um sistema de gestão de dados documentado e se os resultados do programa estão a ser eficazmente comunicados. Muitas, se não a maioria, das avaliações à política de coesão do passado foram deste tipo.

EXISTE UMA AVALIAÇÃO IDEAL QUE GARANTA RESPOSTAS VÁLIDAS?

Todas as avaliações devem:

- ser adaptadas à pergunta específica colocada, ao assunto do programa e ao seu contexto;
- sempre que possível, devem responder a perguntas de avaliação a partir de diferentes pontos de vista e utilizando métodos diferentes. Este é o *princípio da triangulação*; e
- ter em conta os custos da avaliação face aos eventuais ganhos de conhecimento. Quando se decide sobre uma avaliação deve considerar-se aquilo que já se sabe.

Em suma: A escolha e a combinação de métodos têm de ser decididas caso-a-caso. Há uma série de métodos disponíveis e não há um método que seja o «melhor» para todas as circunstâncias.

O que é novo?

A experiência da avaliação de atuais e de anteriores programas de política de coesão destaca o desafio de concluir se os programas foram bem sucedidos quando estes não articulam de forma clara aquilo que pretendem mudar. Vários programas são claros sobre onde pretendem aplicar o dinheiro, mas não sobre o que deve mudar em resultado disso. Frequentemente, os indicadores incluídos nos programas são demasiado numerosos e não refletem a mudança desejada. Vários programas usaram os recursos de forma muito ampla – quer geográfica quer tematicamente – o que reduz a hipótese de obtenção de resultados mensuráveis. Por estas razões, um ponto de partida essencial para o novo foco nos resultados é a clara articulação dos objetivos e a sua expressão num pequeno número de indicadores com dados básicos de referência disponíveis e um plano para a recolha de dados sobre o progresso registado e a avaliação do impacto.

Outra alteração significativa é que a avaliação se torne mais focada nos *efeitos* da política de coesão. Até à data, as avaliações tenderam a focar-se mais nas questões da implementação do que na captura de efeitos das intervenções.

Conduzir os indicadores de resultados

Para avaliar como é que a nova ênfase nos resultados poderá funcionar na prática, 12 autoridades de gestão de oito Estados-Membros testaram a nova abordagem nos programas que têm em curso com o apoio da Comissão. As lições aprendidas incluem o que se segue:

- a nova abordagem é *viável* mas necessita de alterações significativas nas práticas de quem concebe os programas;
 - nenhuma das regiões piloto usa atualmente os indicadores de resultados no modo proposto pela Comissão Europeia. Os objetivos das prioridades observadas estavam expressos em termos muito gerais e, na maioria dos casos, *os atuais indicadores não captam os efeitos pretendidos* dos programas;
 - o foco nos resultados deve tornar-se parte do desenvolvimento do programa; não pode ser adicionado posteriormente;
 - a principal alteração necessária é a *concentração*. Várias prioridades observadas eram, de facto, uma amálgama de subprioridades mais ou menos relacionadas, que não podiam ser expressas num único ou mesmo em dois indicadores de resultados;
 - a concentração tem de ser o resultado de um processo de *deliberação e de escolha de política*. Isto enfatiza a importância do debate político sobre as escolhas que devem presidir à conceção do programa e de dar início a este processo urgentemente;
 - se houver uma concentração existirão *menos indicadores*. Algumas regiões piloto tiveram muitos indicadores – mas nenhuma captou os motivos da ação da política;
- qualquer que seja o indicador de resultados selecionado, *as bases de referência e os objetivos são essenciais*. Estes podem ser *quantitativos e qualitativos*;
 - em certos casos (por exemplo, em medidas de apoio a grandes empresas), *seria possível realizar avaliações contrafactuais de impacto*, através da comparação do desempenho das empresas apoiadas com o de empresas semelhantes não apoiadas. Noutros casos, *as avaliações de impacto com base na teoria seriam mais adequadas*, utilizando estudos de casos, entrevistas e grupos de foco. Nos transportes, *dados de antes e depois* sobre contagem de tráfego e tipo de tráfego poderiam captar o impacto;
 - por último, é importante lembrar que, *os indicadores não nos dizem tudo*. A evolução do indicador de resultados deve dar origem a um debate e não ser a última palavra sobre o desempenho da política.

Estão incluídas nesta edição da *Panorama* as entrevistas a algumas das regiões piloto nas páginas 9-11.

SAIBA MAIS

Documentos de orientação:

http://ec.europa.eu/regional_policy/information/evaluations/guidance_en.cfm#2



QUADRO DE DESEMPENHO – O QUE SIGNIFICA?

O regulamento proposto⁽¹⁾ para 2014-2020 sugere um «quadro de desempenho» que faça parte da orientação reforçada para os resultados da política de coesão. A ideia subjacente é acordar alguns marcos principais para cada programa que sejam acompanhados de perto pelos Estados-Membros e pela Comissão Europeia, cuja realização possa desencadear consequências financeiras, tanto positivas como negativas. Os marcos serão fixados para 2016, 2018 e 2022 e podem incluir passos de implementação como a publicação de concursos públicos, bem como de indicadores financeiros e de efeitos.

Nos termos das propostas da Comissão, os Estados-Membros e a Comissão irão acompanhar os progressos para o cumprimento dos marcos através dos relatórios anuais dos programas. Caso os progressos sejam lentos, a Comissão poderá emitir recomendações.

A Comissão e os Estados-Membros realizarão uma primeira análise formal em 2017, de modo a identificar quaisquer partes de programas que estejam atrasadas face aos seus marcos. Isto pode, mais uma vez, levar a Comissão a emitir recomendações. Os Estados-Membros devem, então, reagir para acelerar a implementação ou para reprogramarem os fundos.

No seguimento da revisão de 2019, a Comissão irá alocar a reserva de desempenho. A reserva de desempenho consiste em 5% (por Estado-Membro, categoria de região e Fundo) que não são alocados aos programas no início do período de programação. Os Estados-Membros irão propor à Comissão as bem-sucedidas prioridades às quais a reserva deve ser alocada. A reserva só pode ser alocada às prioridades que tenham alcançado os respetivos marcos.

A Comissão terá, também, a possibilidade de suspender toda ou parte de uma prioridade quando haja prova, resultante da análise de desempenho em 2019, de que uma prioridade não tenha alcançado os marcos. A suspensão do pagamento é uma medida que não será aplicada automaticamente apenas porque os marcos não foram alcançados. A Comissão só suspenderá os pagamentos nos casos em que o Estado-Membro não tenha aplicado as medidas corretivas em tempo oportuno.

Um último elemento são as correções financeiras. Estas só podem ser aplicadas no encerramento de um programa em casos graves de desempenho insuficiente. A determinação de falha grave terá em conta o facto de os objetivos não terem sido alcançados devido a circunstâncias inevitáveis ou a factores externos significativamente imprevisíveis e se as ações corretivas foram ou não aplicadas pelo Estado-Membro afetado. Os pormenores sobre isto serão definidos num ato de execução a ser proposto pela Comissão.

(1) Regulamento de disposições comuns, Artigos 18.º a 20.º



TESTAR A NOVA ABORDAGEM – RESULTADOS NA PRÁTICA

A mais forte orientação para os resultados da política de coesão 2014-2020 irá requerer algumas alterações estratégicas a nível operacional. Para cada programa serão fixados e acompanhados indicadores de resultados. Para testar a nova abordagem na prática, a Comissão Europeia convidou um número representativo de regiões a participar num programa piloto. A *Panorama* falou com alguns dos participantes sobre os desafios práticos envolvidos nesta nova abordagem orientada para os resultados.

BALÁZS PICHLER, AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, DA HUNGRIA

O maior desafio, na minha perspectiva, para a Hungria é, claramente, focar os nossos recursos, os nossos fundos, num número limitado de temas que queremos mudar e nos quais queremos obter resultados.

Isto significa, claramente, um acentuado afastamento da atual política de coesão «centrada na absorção», na qual a ênfase recai sobre o uso de todos os fundos disponíveis. Uma consequência disto é que, no atual período de programação, os fundos são gastos em várias intervenções e os resultados da política de coesão são, por vezes, difíceis de medir.

Ao focar os nossos fundos num número limitado de alterações que queremos atingir, iremos criar muitos desafios. Antes de mais, as alterações e os resultados que esperamos da política de coesão devem basear-se num amplo consenso entre os intervenientes, uma vez que, no futuro, algumas necessidades de desenvolvimento não serão satisfeitas pela política de coesão, o que pode, por sua vez, gerar insatisfação.

Em segundo lugar, para conseguir este amplo consenso, a preparação dos programas do próximo período tem de começar suficientemente cedo.

O nosso maior desafio talvez seja encontrar o equilíbrio certo entre alterações ambiciosas e realistas.

O envolvimento dos intervenientes

A nova abordagem orientada para os resultados apela claramente a um maior envolvimento dos intervenientes. Para dar início a este processo, nós estamos a planear dar continuidade ao projeto-piloto com o envolvimento da Comissão Europeia. Nós planeamos organizar um projeto-piloto de um dia para cada Autoridade de Gestão na Hungria.

O maior desafio da nova abordagem, à parte a descoberta das alterações certas e dos resultados que queremos alcançar, é o planeamento sobre como vamos medir o contributo dado pela política de coesão.

Indicadores de resultados fiáveis

Um primeiro passo será a seleção de indicadores de resultados fiáveis e estáveis que sejam suficientemente próximos das nossas intervenções e que possam medir as alterações que queremos alcançar.

Todavia, existirão sempre factores externos que influenciem os valores dos nossos indicadores de resultados. Por conseguinte, devemos planear antecipadamente como é que iremos desacoplar os efeitos destes factores externos dos efeitos gerais e identificar de forma clara o contributo da política de coesão. Isto irá requerer um planeamento antecipado e uma cooperação estreita entre a programação, o acompanhamento e a avaliação.





MAURO TERZONI, REGIONE MARCHE, CONSELHO REGIONAL, ANCONA, ITÁLIA

Na minha opinião, esta nova abordagem não é uma alteração dramática, mas sim uma maior afinação da política de coesão. De facto, nós lidamos com indicadores, objetivos, resultados, impactos, avaliações, etc. desde há quase 30 anos. Agora estamos numa nova fase, na qual os resultados importam e nós podemos basear-nos no que já experimentámos e testámos no passado.

Eu vejo isto mais como uma mudança de «mentalidade». Nós precisamos começar a pensar primeiro sobre como e o que queremos mudar na nossa Região – o que é possível fazer – em vez de nos focarmos apenas em mecanismos e procedimentos. E este é o maior desafio.

Atrair a participação dos intervenientes no programa

Desde a fase inicial da política de coesão que a nossa Região tem beneficiado por ter uma forte comissão de intervenientes socioeconómicos. Cidades, distritos, atores sociais e económicos e diversos intervenientes estão envolvidos nas diferentes fases do período de programação e não só a autoridade de gestão, mas sim todos os serviços regionais envolvidos na implementação do programa.

O novo desafio é a necessidade de uma política mais focada, conforme indicado pelas prioridades temáticas e pela definição de objetivos. Um tão claro conjunto de resultados envolve, na minha opinião, um maior grau de envolvimento dos intervenientes e a fixação de objetivos claros requer uma definição mais clara de estratégia. Neste processo, todos os intervenientes podem compreender mais facilmente qual a parte do seu envolvimento que será afetado e como. A fixação de objetivos define com maior acuidade «a magnitude» dos resultados que quer alcançar.

Um programa orientado para os resultados irá apelar a uma mais forte parceria, porque agora este irá medir não só a eficácia da administração como também a capacidade da nossa *Regione Marche* como um todo.

Uma das nossas abordagens será tornar transparentes os resultados alcançados no passado. Nós concebemos um plano de avaliação a ser realizado no início dos programas. Isto irá permitir aos parceiros e aos intervenientes compreenderem aquilo que fizemos no passado, aquilo que é possível fazer e quais as dificuldades que encontramos, de modo

a que estes tenham informações preciosas de experiências passadas para calibrarem as suas sugestões e recomendações futuras.

A atividade futura deve ser também planeada atempadamente. Isto deve não só ser consistente com a condicionalidade *ex ante*, como também dar tempo para que os intervenientes e os parceiros ajudem a construir a estratégia.

Os maiores desafios

A nível administrativo, o futuro será menos sobre o processo – como no passado – e mais sobre resultados; menos sobre quanto se gasta e mais sobre como é gasto. No futuro, os esforços das Autoridades de Gestão serão menos sobre controlos e auditorias e mais sobre a qualidade/quantidade de efeitos do programa.

Para se conseguir uma correta avaliação dos resultados do programa será necessário ter sistemas de avaliação/acompanhamento capazes de captar o valor acrescentado da intervenção financiada. Isto irá requerer estatísticas melhoradas (indicadores de contexto), que permitam a definição de bases de referência e de objetivos para medir a «mudança».

A medição da política também implica a responsabilização e torna as políticas comparáveis. Isto pode tornar a definição de um programa orientado para os resultados um processo ainda mais delicado e sensível.





CHRISTIAN LINDELL, REGIÃO DE SKÅNE, SUÉCIA

Um claro desafio, na nossa perspectiva, na Região de Skåne, Suécia, é a efetiva definição de objetivos para as áreas de intervenção, nomeadamente quando não podemos medir os efeitos diretos no número de empresas ou no emprego.

Deve, também, ter-se em conta, que nem todos os efeitos importantes são necessariamente melhor medidos através da utilização de indicadores. A avaliação contínua e os estudos de casos são, frequentemente, instrumentos melhores.

No passado dependemos, provavelmente, demais da mensurabilidade dos efeitos globais sobre a macroeconomia. Nós precisamos de estar conscientes de que não estamos necessariamente a criar novos empregos ou empresas. O que realmente estamos a fazer é construir estruturas e redes que promovam o crescimento. Compreender isto facilita o foco em factores-chave, nomeadamente para medir o número de nós nas redes e usar inquéritos para pedir aos participantes que calculem a utilidade das ligações.

Atrair a participação dos intervenientes

Entre os donos do projeto e entre nós que, na prática, temos de lidar com o atual sistema de indicadores, eu acredito que uma nova política de indicadores seja recebida com entusiasmo e alívio. Nós não teremos de continuar a tentar medir aquilo que a maior parte das pessoas concorda que é difícil, se não impossível, medir.

Todavia, continuaremos a ter de encontrar modos de responder às legítimas perguntas dos nossos políticos sobre o impacto das suas ações. Temos de oferecer aos nossos políticos fontes de informação para além dos indicadores que respondam às suas perguntas sobre o impacto do programa. Na nossa região, nós usámos amplamente a avaliação contínua como instrumento para providenciar essa informação.

Novos desafios

Se quisermos mudar a estrutura de indicadores, precisaremos de um forte sentido político de propriedade e uma aceitação de que determinadas questões não podem ser medidas apenas com indicadores, mas precisam de ser tratadas com outras ferramentas, como o estudo de casos e a avaliação contínua.

Isto requer, também, que os autores dos programas e os patrocinadores dos projetos sejam melhores em tornar credível que, no final, os esforços levarão a um maior crescimento e emprego, ainda que os efeitos dos contributos individuais sejam difíceis de medir.

Vários programas destinam-se à construção de redes e à criação de novas estruturas de colaboração e, embora não possamos medir diretamente os efeitos sobre os novos negócios e empregos, precisamos de fazer uma análise na qual possamos demonstrar que é provável que venhamos a alcançar esses efeitos benéficos. Precisamos, igualmente, de aceitar que os programas no norte da Europa são pequenos em relação ao PIB e que dificilmente conseguiremos medir os efeitos a nível macroeconómico.

Precisamos, também, de ter em conta que as condições diferem amplamente entre regiões e que isto deve guiar a escolha de desafios e de indicadores. Uma vez que muitas coisas que acontecem no mundo não podem ser previstas, eu acho que as regiões estariam mais interessadas em desenvolverem programas com focos mais fortes se estes fossem mais flexíveis e se fosse mais fácil mudar os programas.



INDICADORES PRINCIPAIS: AJUDAR A ACOMPANHAR O PROGRESSO NAS NOSSAS REGIÕES

Centenas de programas e de projetos estão a ser implementados ao abrigo da política de coesão da União Europeia. Para ajudar a Comissão a manter-se informada sobre os principais feitos e marcos, um conjunto de chamados «indicadores principais» são aplicados aos programas de política de coesão. Estes indicadores fornecem informação quase em tempo real, sublinhando as principais mensagens da política regional e demonstram os progressos rumo à realização dos objetivos.

A política de coesão é uma política descentralizada. Os Estados-Membros e as regiões da UE decidem quais são os seus objetivos, concebem os Programas Operacionais para atingir estes objetivos, negociam com a Comissão Europeia e implementam os programas. Isto garante que a política de coesão apoia aquilo de que as pessoas de uma determinada região precisam, em linha com o princípio dasubsidiariedade da União.



As centenas de programas contêm uma vasta gama de atividades. Este é um ativo essencial da política de coesão, mas também deixa a Comissão numa situação na qual a simples pergunta «Quais são as realizações da política de coesão?» não tem uma resposta simples. A listagem de todos os resultados criados pelos programas é praticamente impossível, uma vez que cada programa trabalha para as necessidades da sua região de um modo diferente.

Foi por isso que em 2006 a Comissão introduziu alguns indicadores comuns – ou «indicadores principais» – na política de coesão, que medem algumas das operações mais usuais. Embora não possam captar tudo, estes permitem que a Comissão Europeia – e todas as partes interessadas – se mantenha informada sobre as principais realizações alcançadas nas regiões da UE.

Embora os indicadores principais não sejam obrigatórios, a maioria dos Programas Operacionais usam-nos nos respetivos relatórios anuais. Nós sabemos, por exemplo, que até ao final de 2010, a atual geração de programas criaram 185 000 empregos, deram acesso à Internet em banda larga a mais de 850 000 pessoas e ligaram mais 3,5 milhões de pessoas a sistemas de tratamento de águas residuais.

A qualidade e a fiabilidade do reporte face a indicadores principais melhora a cada ano. Isto é crucial uma vez que os indicadores comuns serão uma importante característica dos regulamentos futuros da política de coesão. No futuro, a Comissão será capaz de informar todos os anos o Parlamento Europeu, o Tribunal de Contas e o público em geral sobre o que é conseguido com os recursos da política de coesão e de ajudar a informar o debate sobre os seus resultados.

SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/2007/working/wd7_indicators_en.pdf

INOVAÇÃO NAS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS

O crescimento económico sustentável está cada vez mais relacionado com a capacidade de mudança e de inovação das economias regionais. Apesar das várias restrições associadas a factores como a distância a que estão da Europa continental, mercados pequenos ou a falta de massa crítica, a maioria das oito regiões europeias ultraperiféricas assumiu a prioridade de alargar o âmbito da sua atividade económica encorajando os respetivos sectores empresariais a criarem mais bens e serviços de valor acrescentado.

Vários exemplos de projetos inovadores que estão a ser implementados demonstram que as regiões ultraperiféricas têm claros pontos fortes e potencial de investigação e inovação com base na sua posição geográfica e características morfológicas. Está a ser desenvolvido um trabalho excelente, em particular nas áreas que se seguem:

- energias renováveis;
- investigação marítima;
- medicina tropical; e
- biodiversidade.

Nos termos do Artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), modificado de acordo com a Decisão do Conselho Europeu de 29 de outubro de 2010 que altera o estatuto da ilha de São Bartolomeu relativamente à UE, a União tem oito «regiões ultraperiféricas»: as quatro regiões e departamentos ultramarinos franceses (Guadalupe, Guiana Francesa, Martinica e Reunião); uma coletividade ultramarina (São Martinho); as duas regiões autónomas portuguesas (Açores e Madeira); e uma comunidade autónoma espanhola (as Ilhas Canárias). Desde 1 de janeiro de 2012, São Bartolomeu deixou de ser uma região ultraperiférica, uma vez que passou a ser um dos «países e territórios ultramarinos» (PTU). Por último, deve notar-se que, nos termos do número 6 do Artigo 355.º do TFUE, a França fez um pedido formal ao Conselho Europeu, em 26 de outubro de 2011, para alterar o estatuto de Maiote, atualmente um PTU, relativamente à UE, de modo a tornar-se uma região ultraperiférica a partir de janeiro de 2014.

Todavia, várias outras áreas podem ser desenvolvidas, como:

- investigação agrícola e agroalimentar;
- atenuação dos efeitos das alterações climáticas;
- astrofísica e aeroespacial; e
- vulcanologia e sismologia.

Fazer uma utilização eficiente do financiamento disponível para apoiar ações no domínio da Investigação, do Desenvolvimento Tecnológico e da Inovação é um esforço contínuo que tem de ser levado a cabo tanto pelos governos regionais e nacionais como a nível europeu. Os benefícios económicos, sociais e ambientais destes investimentos são importantes não só para estas regiões, como também para toda a UE. Várias conferências e seminários realizados na Martinica, nos Açores e em Reunião demonstraram um verdadeiro dinamismo e interesse por parte dos intervenientes em encontrarem apoio e melhor utilização dos fundos europeus para aumentarem o investimento na investigação e inovação.

Não há uma política de inovação de «tamanho único»: a diversidade regional é um ativo que defende diferentes rotas para o crescimento através de uma «especialização inteligente». Para que as regiões ultraperiféricas obtenham sucesso devem relacionar a sua própria combinação de ativos, vantagens endógenas, competências e ideias para competirem num mercado global e desenvolverem um potencial inexplorado.

EXEMPLOS DE PROJETOS

**ENERGIAS RENOVÁVEIS**

Ilhas Canárias – El Hierro 100 %

Este projeto é composto por três programas distintos a serem desenvolvidos e implementados:

1. Programa de fontes de energia 100% renováveis para o fornecimento de eletricidade
2. Programa de poupança de energia
3. Programa de transportes (conversão de combustíveis fósseis para meios de transporte limpos)

Durante a primeira fase, o objetivo do programa é responder a 70-80% das necessidades elétricas da ilha através de diversas atividades. A mais inovadora consiste na implementação de uma Central Elétrica Hidro-Eólica (CEHE), com o objetivo de cobrir e alcançar 30% de penetração eólica direta na rede.

Duração do projeto: 2003 – em curso

Custo total: EUR 64 600 000

Financiamento da UE: EUR 500 000

SAIBA MAIS

www.goronadelviento.es/index.php

**BIODIVERSIDADE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**

Madeira – Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos

Conforme definido no Plano Estratégico Regional de Tratamento de Resíduos Sólidos da ilha, este projeto para uma estação de tratamento de resíduos sólidos consiste na instalação das infraestruturas e equipamentos necessários à adequada integração e otimização das atividades envolvidas na recolha e transporte, recolha seletiva e reciclagem, valorização, tratamento e eliminação definitiva de resíduos.

Duração do projeto: 1996-2009

Custo total: EUR 152 576

Financiamento da UE: EUR 102 081

SAIBA MAIS

www.valorambiente.pt/etrs-meia-serra

**INOVAÇÃO/TRANSFORMAÇÃO AGRÍCOLA**

Martinica – FIBandCO

O FIBandCO dá uma segunda vida aos troncos das bananeiras. Através da utilização de uma inovadora tecnologia e de um processo ecologicamente responsável, este projeto produz um revestimento natural. Valorizando um recurso inexplorado e rapidamente renovável – ao mesmo tempo que não contribuem para a desflorestação – os produtos do FIBandCO têm sido muito aclamados tanto do ponto de vista estético como de exclusividade e sustentabilidade.

Duração do projeto: 2010-2012

Custo total: EUR 1 211 000

Financiamento da UE: EUR 500 499

SAIBA MAIS

www.fibandco.com

ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE

As regiões ultraperiféricas deram início à elaboração das suas Estratégias Regionais de Inovação e a uma participação proactiva na Plataforma de Especialização Inteligente (Plataforma S³). Um seminário sobre especialização inteligente irá ser realizado em junho de 2012 nos Açores com o apoio do Instituto de Estudos Tecnológicos e Prospetivos (IPTS). Este evento constituirá uma oportunidade para que todas as partes interessadas troquem opiniões sobre estas estratégias e façam as melhores escolhas a nível regional.

A Plataforma S³ é uma rede de representantes e peritos regionais europeus cujo objetivo é ajudar as regiões a desenvolver, implementar e rever as Estratégias de Especialização Inteligente. A especialização inteligente é um importante fundamento e conceito político da política de inovação. Em primeiro lugar, baseia-se numa sólida análise dos ativos de cada região (laboratórios de biodiversidade, energias renováveis, recursos marítimos extraordinários, etc.) Em segundo lugar, ao alocar escassos recursos humanos e financeiros a um grupo restrito de áreas específicas promissoras com vantagens competitivas globais está a apoiar os países e as regiões a reforçarem as suas capacidades de inovação. O objetivo geral é promover uma utilização eficiente, eficaz e com base em sinergias dos investimentos públicos rumo à obtenção de crescimento inovador, através do desenvolvimento de estratégias plurianuais que sejam supervisionadas e assessoradas por uma equipa de peritos de modo a facilitar o intercâmbio de boas práticas entre as regiões.

As regiões ultraperiféricas estão entre as primeiras regiões da UE a adotarem as Estratégias de Inovação Regional no âmbito deste novo conceito económico. Esta será uma oportunidade para estas regiões demonstrarem o seu entusiasmo e empenho político na promoção de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo através da valorização dos seus ativos e da sua capacidade de inovação regional.

Este compromisso irá, certamente, ajudar a aumentar a produtividade e a competitividade, gerando emprego e uma maior qualidade de vida para os cidadãos da região. É claro que esta transição rumo à inovação tem de ser acompanhada por uma mudança na cultura empresarial, na qual eficientes sistemas de inovação mobilizem as capacidades intelectuais e empreendedoras necessárias para criar ambientes empresariais propícios à inovação, particularmente das PME, em todos os sectores e não apenas nas indústrias de alta tecnologia.

O SEGUNDO FÓRUM DAS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS irá realizar-se em 2 e 3 de julho de 2012 em Bruxelas, na Bélgica.

O primeiro Fórum, em 2010, juntou mais de 500 participantes. Entre os participantes contavam-se representantes das regiões ultraperiféricas, políticos a nível europeu, nacional e regional, bem como importantes personalidades da sociedade civil, do meio académico e do sector privado.

Este segundo Fórum será realizado dentro do mesmo espírito, numa altura em que se discutem propostas para as futuras políticas da UE em várias áreas com um grande impacto nas regiões ultraperiféricas. Além disso, ocorrerá pouco depois de uma nova Comunicação da Comissão Europeia sobre a estratégia futura para as regiões ultraperiféricas, que será adotada em junho de 2012.

A ênfase das discussões irá recair sobre as principais questões para o desenvolvimento das oito regiões ultraperiféricas da UE no contexto da Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. O Fórum constituirá uma oportunidade para todas as partes interessadas partilharem opiniões sobre assuntos como o potencial do «crescimento azul» (uma estratégia de longo prazo destinada a apoiar o crescimento no sector marítimo), a modernização da agricultura, os desafios ambientais, as questões societárias, o emprego, a inovação e a competitividade empresarial.

Para obter mais informações, visite:
http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/rup2012/index_en.cfm

SAIBA MAIS

<http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/home>

PRESIDÊNCIA DINAMARQUESA DA UE: EU2012.DK



« Um dos principais desafios da Presidência dinamarquesa é a consolidação da situação financeira ao mesmo tempo que se gera crescimento económico e emprego. »

No primeiro semestre de 2012 cabe à Dinamarca assegurar a Presidência do Conselho da União Europeia. Stefan Emanoil Ilcus, Primeiro Secretário na Representação da Dinamarca junto da UE e presidente do Grupo de Trabalho das Ações Estruturais, destaca as prioridades da Presidência dinamarquesa relativamente à política de coesão.

Vivemos tempos difíceis na Europa. Quais são, genericamente, as principais prioridades da Presidência e o que pode ser feito para restaurar a confiança dos mercados e o crescimento económico?

A Presidência dinamarquesa tem quatro prioridades globais: garantir (1) uma Europa responsável, (2) uma Europa dinâmica, (3) uma Europa ecológica e (4) uma Europa segura. Um dos principais desafios é a consolidação da situação financeira ao mesmo tempo que se gera crescimento económico e emprego. A consolidação virá da melhoria da coordenação macroeconómica da UE, quando as economias de todos os Estados-Membros forem melhor acompanhadas e quando todos os Estados-Membros tiverem concebido programas nacionais de estabilidade e convergência, bem como programas nacionais de reformas. Além disso, a Presidência dinamarquesa está a trabalhar para melhorar ainda mais as medidas de coordenação para os países da Zona Euro e de regulação do sector financeiro com vista a minimizar os riscos de uma nova crise. O crescimento e o emprego serão recriados através de reformas estruturais nos Estados-Membros, de um novo orçamento septenal que sustente o crescimento e a criação de emprego, e da revitalização do mercado interno, incluindo a criação de um mercado único digital.

Quais são as prioridades da Presidência no campo da política de coesão?

Apesar da crise económica, devemos lembrar-nos de que a política de coesão é uma das histórias de maior sucesso

da integração e da solidariedade na Europa. Esta política desempenhou – e continua a desempenhar – um importante papel na criação de convergência entre as diferentes regiões e países da UE. A Presidência dinamarquesa considera que a política de coesão é um importante elemento para preparar a Europa para os desafios atuais e futuros. Por conseguinte, temos de trabalhar no mesmo sentido: aumentar a competitividade, o crescimento e o emprego por cada euro gasto e garantir que a política está à altura desta tarefa.

A política de coesão *tem* de dar ênfase e ser orientada para os resultados. Isto aplica-se, também, ao processo de negociação, e pretendemos avançar o máximo possível nas negociações. O pacote de coesão é muito abrangente e pretendemos avançar, em paralelo, tanto com o quadro financeiro plurianual (QFP) como com o regulamento da política de coesão, ainda que a legislação em matéria de política de coesão não possa ser finalizada antes do acordo final do Conselho sobre o QFP.

De facto, o QFP está na agenda de cinco das seis reuniões do Conselho dos Assuntos Gerais a decorrer durante a Presidência, o que reflete a ênfase no avanço destas negociações.

As negociações sobre o pacote legislativo da política de coesão pós-2014 são um processo multifacetado que envolve uma série de atores. Como pretendem fazer avançar o processo e chegar a compromissos? Quais são os elementos do pacote que considera particularmente importantes?

Não nos devemos deixar dominar por alguns dos novos conceitos constantes das propostas da Comissão – condicionalidade *ex ante*, quadro de desempenho e concentração temática – já para não falar da programação estratégica, gestão e controlo, e da gestão financeira. Todos são, obviamente, elementos importantes. Há um método nas alterações propostas e estou confiante de que podemos encontrar soluções

« Apesar da crise económica, devemos lembrar-nos de que a política de coesão é uma das histórias de maior sucesso da integração e da solidariedade na Europa. »

práticas e melhorias enfocadas naquela que à primeira vista parece uma proposta complexa. Afinal de contas, a ênfase e orientação para os resultados nunca são uma coisa má.

Em conjunto com a anterior Presidência polaca e com a próxima Presidência cipriota, dividimos o processo de negociação numa série de blocos temáticos. Durante os primeiros meses da Presidência, discutimos alguns destes temas, como a simplificação, a gestão e o controlo, os grandes projetos, as operações geradoras de receitas, a programação estratégica e a concentração temática. Esta provou ser uma abordagem eficiente. Todavia, e em última análise, só conseguimos alcançar os progressos que as delegações nacionais estiverem prontas a alcançar.

Como é a cooperação com os outros membros do trio de países da Presidência, nomeadamente com a Polónia e o Chipre?

A cooperação entre os três é muito próxima e baseia-se numa abordagem construtiva e de estreita coordenação. Este aspeto tem desempenhado um importante papel na suave transição da Presidência polaca para a dinamarquesa, sem a perda de ímpeto no processo negocial, e deverá voltar a dar mostras de eficiência quando os cipriotas nos sucederem na Presidência, em 1 de julho. Nessa fase deveremos ter avançado bastante nas negociações e será vital manter o ímpeto.

Como encara a cooperação com o Parlamento Europeu?

Uma vez que a política de coesão está sujeita ao processo legislativo ordinário, o Conselho terá de trabalhar em grande proximidade com o Parlamento. Do lado do Conselho, assumimos uma abordagem muito sólida, com reuniões de grupos de trabalho enfocadas, reuniões bilaterais com as delegações e com discussões previstas para durante os Conselhos de Assuntos Gerais de abril e de junho. Mas para

evitar divergências desnecessárias com os co-legisladores e para aumentar as possibilidades de alcançarmos um acordo o mais depressa possível, iremos manter-nos em contacto próximo com o Parlamento durante todo o processo negocial.



SIMPLIFICAR A FUTURA POLÍTICA DE COESÃO

A simplificação tem sido uma das expectativas mais comuns para a nova política de coesão para o período 2014-2020.

A Comissão Europeia apresentou propostas específicas para conseguir uma maior simplificação em diversas áreas da política. Em matéria de política de coesão, algumas das propostas baseiam-se em alterações já introduzidas, enquanto outras são novas.

O valor da simplificação

O principal objetivo das propostas de simplificação é garantir uma implementação sem percalços das políticas e garantir uma eficiente utilização dos recursos administrativos a nível regional, nacional e da UE.

Está provado que normas simplificadas reduzem o tempo e os custos de realização dos objetivos e permitem um melhor enfoque nos resultados. Além disso, também são mais facilmente compreendidas pelos atores envolvidos, o que reforça a segurança jurídica.

Outro benefício é a redução do número de erros e o aumento da segurança proporcionada pelo sistemas nacionais de implementação.

A Comissão Europeia quer alcançar a simplificação através, inter alia, da harmonização das regras que regem vários fundos do QEC, do aumento da flexibilidade e da proporcionalidade, da clarificação das regras para melhorar a segurança jurídica e da digitalização de documentos e processos.

Desafios

A implementação efetiva destas medidas irá basear-se nos esforços de várias autoridades, organizações e empresas de toda a União Europeia.

Todavia, é claro que, devido à diversidade de situações nacionais, as alterações que em certos Estados-Membros podem ser consideradas um processo de simplificação, podem ser vistas como um processo de complicação noutros. O desafio reside em tentar encontrar um ponto de acordo e introduzir flexibilidade de modo a simplificar a gestão da política de coesão.

A experiência tem também demonstrado que, por vezes, são cometidos erros porque embora as regras de períodos de programação anteriores sejam alteradas, as autoridades de gestão ou os beneficiários continuam a aplicar as regras antigas no novo período de programação.

Por esta razão, muitas partes interessadas mostraram-se cautelosas face a uma revisão radical das regras. As propostas da Comissão levam em conta este aspeto ao propor apenas alterações que apresentem simplificação na prática.

Implementação

Os Estados-Membros, assim como todas as autoridades envolvidas, têm um papel fundamental a desempenhar com vista a que os beneficiários sintam os resultados da concretização da simplificação.

O principal objetivo subjacente às propostas da Comissão é a simplificação a favor dos beneficiários. Alguns elementos da simplificação reduzem, também, o esforço administrativo a todos os níveis, enquanto outros se destinam às administrações nacionais e regionais. Em certos casos, é necessário que a administração pública invista em novos sistemas de informação, procedimentos e formação para garantir que a simplificação seja sentida pelos beneficiários.

A simplificação é uma responsabilidade conjunta

A Comissão procedeu a uma avaliação das suas propostas e os resultados apontam para a possibilidade de uma redução substancial da carga administrativa sobre os beneficiários. Este aspeto está principalmente associado a uma forte mudança da administração baseada no papel para a governação eletrónica.

As regras de elegibilidade mais simples e mais harmonizadas, assim como prazos mais reduzidos de retenção dos documentos, podem igualmente ter um efeito importante sobre a carga global dos beneficiários.

As alterações legislativas a nível da UE carecem de ser complementadas por esforços a nível nacional e regional com vista a reduzir a complexidade no que respeita aos beneficiários.

Nestes termos, propõe-se que cada Estado-Membro se comprometa com objetivos claros a este respeito.



Realização do potencial

Com um esforço conjunto a nível da UE, nacional e regional, será proposta uma redução de 25 % da carga global dos beneficiários a nível da UE em comparação com o período de 2007-2013.

Todavia, é necessário que todas as partes envolvidas contribuam para se obter o potencial pleno da simplificação.

As partes interessadas, por via da parceria, podem desempenhar a sua função de modo a garantir que a simplificação seja objeto da atenção adequada na conceção e implementação dos programas operacionais.

As autoridades de gestão, as autoridades de certificação e as autoridades de fiscalização podem participar de modo a garantir que a legislação e as regras nacionais em vigor aproveitem ao máximo os elementos de simplificação e podem, também, tomar medidas que impeçam que as regras a nível nacional/regional se tornem demasiado complicadas.

As autoridades nacionais podem realizar uma análise mais aprofundada e tomar as ações necessárias a nível nacional para aproveitar plenamente o potencial da simplificação à luz das novas e melhoradas possibilidades apresentadas nas propostas da Comissão para a regulamentação da política de coesão para o período 2014-2020. Além da introdução de novos métodos no sistema, atividades como a promoção de boas práticas, aprender com outros Estados-Membros e a formação de pessoal, têm um impacto positivo na simplificação.

Principais propostas

1. Harmonização das regras com outros Fundos do Quadro Estratégico Comum (QEC)

O novo regulamento proposto pela Comissão estabelece regras comuns para a política de coesão, a política de desenvolvimento rural e a política para os assuntos marítimos e pescas em termos de planeamento estratégico, elegibilidade e durabilidade.

O número de documentos estratégicos *será reduzido* passando a haver apenas um documento estratégico da UE e um documento estratégico nacional para os Fundos do QEC (1).

(1) O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), e o Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas (FEAMP).

2. Maior flexibilidade na configuração de programas e sistemas

REGRAS COMUNS PARA TODOS OS FUNDOS DO QEC

Anteriormente, houve casos em que foram aplicadas regras de elegibilidade diferentes aos vários Fundos do QEC para tipos de projetos idênticos.

Isto requeria uma familiaridade com múltiplos conjuntos de regras e havia um risco elevado de se cometerem erros com consequências financeiras para os beneficiários.

As propostas para o período de 2014-2020 definem regras de elegibilidade comuns para os Fundos do QEC com vista a reduzir esta complexidade. Estas regras a nível da UE deverão ser complementadas por regras nacionais, que sigam o mesmo princípio.

Com vista a permitir a flexibilidade na configuração das disposições nacionais e regionais, a implementação dos Fundos do QEC deverá ter lugar ao nível territorial adequado, em conformidade com o quadro administrativo do Estado-Membro.

Com vista a proporcionar uma maior flexibilidade, são propostas várias novas opções. Os Estados-Membros e as regiões podem planejar programas operacionais relacionados com o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo de Coesão (FC), quer em conjunto quer em programas operacionais independentes, ajustar a dotação de verbas até um máximo de 2 % entre categorias de regiões, combinar o financiamento de um projeto a partir de vários instrumentos financiados pela UE, financiar atividades de assistência técnica horizontal a partir de um Fundo e proceder à fusão das funções das autoridades de gestão e de certificação.

Têm igualmente a liberdade de constituir comités de acompanhamento conjuntos e reuniões de análise anuais para os programas financiados a partir dos Fundos do QEC. A elegibilidade do equipamento do FSE facilitará igualmente um planeamento integrado a nível do projeto.

Paralelamente, a programação integrada é facilitada pela possibilidade de se utilizarem diferentes ferramentas, como Investimentos Territoriais Integrados, Desenvolvimento Local Orientado para a Comunidade ou a possibilidade de um projeto vir a ser apoiado por vários Fundos.

NOVA OPÇÃO DE PROGRAMAS MULTIFUNDOS

No período de 2014-2020, os Estados-Membros terão a opção de elaborar e implementar programas monofundo ou multifundo, conjugando o FEDER, o FSE e o FC, de acordo com as práticas nacionais respetivas.

A constituição de comités de acompanhamento conjuntos e sistemas de acompanhamento e comunicação conjuntos pode proporcionar reduções de custos às autoridades nacionais.

O planeamento conjunto facilitará uma abordagem integrada à execução da política de coesão.

3. Maior proporcionalidade

A repetição de fiscalizações pode dar origem a uma carga administrativa significativa para os beneficiários. A proposta limita a intensidade das fiscalizações ao projeto.

Todas as disposições que visem a comunicação, avaliação, gestão e controlo dos Fundos do QEC devem ser proporcionais em termos financeiros e administrativos, a nível do apoio concedido.

A realização de reuniões anuais de revisão entre a Comissão e o Estado-Membro pode não ser sempre necessária. Considerando que o lançamento dos programas leva algum tempo, o primeiro relatório de implementação e os documentos de apuramento anual das contas terão de ser enviados apenas em 2016.

FISCALIZAÇÕES LIMITADAS PARA OS PROJETOS PEQUENOS

No programa 2014-2020, as operações cujas despesas elegíveis totais não ultrapassam 100 000 euros não estarão, regra geral, sujeitas a mais do que uma fiscalização por parte da autoridade de fiscalização e da Comissão combinadas durante a sua vigência.

Esta medida eliminará a possibilidade de os beneficiários de projetos de menores dimensões terem de enfrentar várias fiscalizações e, desse modo, de os afastar das principais atividades do projeto.

O trabalho de fiscalização da Comissão concentrar-se-á igualmente nas áreas com maior propensão para o risco. No caso das autoridades de fiscalização que funcionam bem, a Comissão limitará a sua fiscalização sempre que os sistemas de execução funcionem corretamente.

4. Segurança jurídica por via de regras mais claras

Regras claras e diretas podem ser uma excelente fonte de simplificação. Com base na experiência anterior, foram reajustadas várias regras do período de 2007-2013 com vista a obter-se clareza. No próximo período, é possível disponibilizar um maior número de tipos diversificados de instrumentos financeiros, ao mesmo tempo que serão introduzidas mais regras normalizadas com vista a reduzir a necessidade de elaborar regras nacionais. As condições ao abrigo das quais passa a ser possível financiar projetos fora do âmbito do programa são objeto de clarificação. Foi acrescentada uma abordagem de taxa fixa opcional às regras sobre geração de receitas.

NOVAS REGRAS SOBRE A GERAÇÃO DE RECEITAS

A proposta para o período de 2014-2020 estabelece uma abordagem mais proporcional ao tratamento de projetos geradores de receitas e simplifica a sua gestão. Prevê taxas fixas para determinar os custos que os Fundos relacionados com o tipo de projeto podem suportar. Os Estados-Membros podem decidir se pretendem aplicar a taxa fixa ou, em alternativa, podem ainda optar pelo método anterior de análise de défice de financiamento se considerarem que a taxa fixa não é adequada.

A isenção mantém-se em vigor relativamente a todos os projetos do FSE e aos do FEDER, FC, FEADER e FEAMP com um montante inferior a 1 milhão de euros para limitar os encargos associados a estas obrigações.



5. Execução mais eficiente e comunicações mais simples

Em diversos casos, a simplificação acabará por dar origem a uma redução direta dos custos administrativos.

A intenção da Comissão é garantir uma comunicação proporcional por parte das autoridades de gestão, limitando-a aos elementos essenciais.

No período de 2014-2020, os relatórios anuais regulares passam a ser significativamente mais simples que no período de 2007-2013, focando-se apenas nos dados essenciais sobre o progresso realizado. O primeiro relatório anual só seria apresentado em 2016.

O relatório consistiria, em grande medida, em dados disponibilizados automaticamente a partir do sistema de informação e menos em texto redigido.

Apenas em duas ocasiões durante o período de programação (e para o relatório de implementação final) seriam as autoridades de gestão obrigadas a submeter relatórios mais exaustivos.

6. Redução da carga administrativa no que toca aos beneficiários

A carga administrativa dos beneficiários será reduzida devido a um maior leque de possibilidades de utilização de custos simplificados ao mesmo tempo que mantém e amplia as opções de custos simplificados introduzidos já no período de 2007-2013. Isto irá garantir que:

- os custos simplificados podem ser aplicados aos cinco Fundos do QEC;
- os atuais métodos de fixação dos custos simplificados mantêm-se;
- algumas das taxas fixas, custos unitários e montantes fixos são fixados a nível da UE;
- o subsídio máximo para montantes fixos será aumentado para 100 000 euros;
- a utilização de taxas fixas será permitida relativamente a vários custos; e
- é possível utilizar as opções de custos simplificados dos atuais instrumentos de financiamento da UE e nacionais para tipos idênticos de projetos.

Com a introdução do encerramento parcial, o período de retenção de documentos será encurtado do atual máximo de mais de 10 anos para cerca de cinco.

A DINAMARCA REGISTOU UMA EXPERIÊNCIA POSITIVA COM A UTILIZAÇÃO DA SIMPLIFICAÇÃO DE CUSTOS

A cidade de Aalborg, na Dinamarca, que administra alguns projetos financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), encontrou benefícios imediatos na mudança para a implementação da abordagem da simplificação de custos na gestão de projetos.

Até 2011, todos os projetos do FEDER estiveram sujeitos a regras de custos reais, segundo as quais todos os custos indiretos têm de ser suportados por documentação externa relativa aos pagamentos.

«Esta era uma tarefa muito volumosa para a nossa organização, uma vez que requeria a comunicação de milhões de faturas referentes a despesas como alimentação, deslocações, impressão, publicidade, etc.», explicou Jonas Kromann, Gestor de Projetos na cidade de Aalborg.

No início de 2011, o Departamento Comercial da cidade de Aalborg converteu os seus projetos e começou a usar a taxa fixa.

«A conversão dos projetos não decorreu sem esforços, uma vez que as opções de custo real e de taxa fixa têm diferentes planos de contas. Todavia concluiu-se que as simplificações decorrentes da utilização de uma taxa fixa tornaram a administração dos projetos realizados pela cidade de Aalborg muito mais fácil», afirma Kromann.





Simplificação da Política de Coesão para 2014-2020

Este relatório está disponível em alemão, búlgaro, checo, dinamarquês, eslovaco, esloveno, espanhol, estónio, finlandês, francês, grego, húngaro, inglês, italiano, lituano, letão, neerlandês, polaco, português, romeno, e sueco.

7. Na direção de uma gestão baseada em resultados: o Plano de Ação Conjunta

Um Plano de Ação Conjunta (PAC) faz parte de um ou vários eixos prioritários, ou de programas operacionais, implementados por uma abordagem baseada nos resultados, com vista à obtenção de objetivos específicos acordados em conjunto entre o Estado-Membro e a Comissão. O PAC é uma ferramenta que faz inclinar a ênfase da gestão mais para a produção e os resultados. As áreas onde pode ser de aplicação não estão definidas, mas pode abranger a assistência técnica, assim como uma integração sustentável de jovens no emprego. O critério para a utilização de um PAC irá representar a possibilidade de definir objetivos fiáveis em termos de produção e resultados.

A gestão financeira do PAC baseia-se em exclusivo na produção e resultados, com reembolso efetuado por via de escalas normalizadas de custos unitários ou montantes fixos aplicáveis a todos os tipos de projetos. As fiscalizações levadas a cabo pela Comissão e autoridades de fiscalização a um PAC terão como objetivo exclusivo a verificação do cumprimento das condições de reembolso, por exemplo, a obtenção da produção e resultados acordados.

Quando se utiliza um PAC, o Estado-Membro poderá aplicar as suas regras financeiras normais para proceder ao reembolso dos projetos. Estas regras não estarão sujeitas a fiscalização por parte da autoridade de fiscalização ou da Comissão. Com vista a proporcionar segurança jurídica, o PAC é aprovado pela Comissão.

8. e-Coesão

A e-Coesão constitui uma área com um grande potencial para a redução da carga administrativa.

A proposta de 2014-2020 da Comissão prevê uma utilização máxima das bases de dados existentes, assim como o desenvolvimento de interfaces e outras ferramentas de modo a permitir que os beneficiários submetam dados apenas uma vez e guardem todos os documentos em formato eletrónico.

Em caso de aplicação, estas alterações reduziriam os erros na introdução de dados e diminuiriam a carga administrativa do lado dos beneficiários em termos de obtenção e reenvio de documentos existentes. Paralelamente, reduziriam os riscos de perda de documentos e, a longo prazo, baixariam os custos de arquivamento.

9. Simplificação da Cooperação Territorial Europeia

Foi proposto um regulamento independente que tem em conta disposições personalizadas e disponibiliza às autoridades que implementam a Cooperação Territorial Europeia (CTE) uma apresentação clara das regras aplicáveis.

Os desenvolvimentos principais abrangem a possibilidade de cobertura de 15 % dos custos de pessoal com o pagamento de uma taxa fixa, regras de elegibilidade mais harmonizadas e a fusão das funções da autoridade de gestão e da autoridade de certificação.

10. Simplificação do Fundo Social Europeu

No que se refere ao Fundo Social Europeu, são propostas possibilidades específicas de simplificação tendo em conta a sua natureza (numerosos subsídios menores, despesas estratégicas constituídas por custos de pessoal, tipos de projetos relativamente normalizados). O principal desenvolvimento inclui possibilidades acrescidas em termos de custos simplificados.

Grande parte das despesas suportadas no âmbito de um projeto do FSE está relacionada com custos de pessoal. Consequentemente, a Comissão propôs a possibilidade de o FSE calcular o total dos custos elegíveis do projeto com base nos custos de pessoal diretos, acrescentando 40% ao montante destes custos. Esta taxa é fixada pelo regulamento e, por isso, não tem de ser justificada para utilização por parte das autoridades nacionais.

São igualmente introduzidos alguns procedimentos mais simples relativos a subsídios de menor valor com vista a facilitar a utilização de opções de custos simplificados estabelecidos numa base transparente.

SUGESTÕES SOBRE COMO MANTER O PROCESSO SIMPLES

1. ÊNFASE

Uma estratégia e uma ênfase claras relativamente a áreas bem definidas garantirão a possibilidade de desenvolvimento, em devido tempo, de esquemas de apoio. Paralelamente, uma ênfase mais clara significa a existência de menos esquemas de apoio e o envolvimento de menos autoridades, facto que permitirá uma redução dos custos.

2. EXPLORAR SINERGIAS

Programas e projetos integrados, um quadro legal comum a nível nacional ou regional, comités de acompanhamento conjuntos, sistemas de gestão e controlo comuns: todas estas possibilidades facilitam uma abordagem personalizada em termos de sistemas.

3. ADOTAR PROCESSOS DIGITAIS

A implementação da política de coesão envolve o processamento de enormes quantidades de informações necessárias não só para a gestão, mas também para a apresentação de relatórios. Embora os Estados-Membros tenham apresentado progressos no que respeita à troca eletrónica de informações no seio das administrações, a comunicação com os beneficiários continua a ser efetuada em grande medida em papel. Além de isso constituir uma grande carga para os beneficiários, esse facto implica igualmente a transcrição de enormes quantidades de dados por parte da administração, pelo que seria possível reduzir os custos adicionais. Por esta razão, as propostas da Comissão estabelecem a obrigação do Estado-Membro providenciar oportunidades de intercâmbio eletrónico de dados com os beneficiários até ao fim de 2014. Caso se avance para além dos requisitos regulamentares, i.e. através do desenvolvimento de serviços eletrónicos comuns para os beneficiários dos Fundos do QEC (e dos fundos nacionais) e da utilização de registos públicos (registos comerciais, bases de dados fiscais, etc.) poderão obter-se maiores ganhos de eficiência.

4. UTILIZAR INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Depois de instituídos, os instrumentos financeiros permitem uma maior alavancagem, eficácia e eficiência na utilização dos Fundos, em especial com o envolvimento adequado do sector privado. A complexidade pode ser ainda mais reduzida com a utilização de instrumentos financeiros instituídos a nível da UE ou com a utilização de condições normalizadas estabelecidas pela Comissão.

5. APLICAR CUSTOS SIMPLIFICADOS

Em certas áreas, o reembolso com base nos custos reais continua a ser a abordagem melhor e mais simples que existe. Todavia, em muitos outros casos, os custos simplificados apresentam-se como uma alternativa mais eficiente. As taxas fixas e os custos unitários estabelecidos a nível da UE poderão facilitar a utilização económica destas opções, uma vez que as metodologias de desenvolvimento a nível nacional não são necessárias. A possibilidade de utilizar os custos simplificados aplicados às políticas da UE e esquemas de apoio nacionais, assim como utilizar projetos de orçamento (no caso do FSE), limita igualmente o investimento inicial do esforço necessário por parte do Estado-Membro.

6. EXPERIMENTAR PLANOS DE AÇÃO CONJUNTA

Os Planos de Ação Conjunta representam um passo na direção da gestão baseada em resultados, tendo por base um alargamento dos princípios de custos simplificados a todos os tipos de operações. A longo prazo, a opção pela implementação de, pelo menos, operações piloto na forma de Planos de Ação Conjunta poderá, desse modo, ser de utilidade.

7. AVALIAR OS RISCOS ENVOLVIDOS E ADAPTAR

A proposta da Comissão prevê um sistema em que o esforço administrativo está relacionado com os riscos envolvidos. Isto aplica-se, em particular, aos controlos de gestão e à fiscalização, que, em ambos os casos, devem ser ajustados aos riscos. Embora no caso da fiscalização os ajustamentos devam fundamentar-se em regras comuns a nível da UE e acordos com a Comissão, a frequência e a cobertura dos controlos de gestão devem ser determinados por cada autoridade de gestão.

SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/informat/2014/simplification_pt.pdf

A *Panorama* falou com alguns líderes da Comissão de Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu sobre o papel da política de coesão e o progresso do novo pacote de propostas legislativas.



A POLÍTICA DE COESÃO É UMA VERDADEIRA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Constanze Angela Krehl, Membro do Parlamento Europeu, Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democrata, Membro da Comissão de Desenvolvimento Regional Co-relatora Regulamento Disposições Comuns sobre os Fundos Europeus.

Crescimento económico e a política de coesão

Entre cada uma das cimeiras do Conselho e a seguinte, os cidadãos podem ficar com a impressão de que é a consolidação fiscal que irá salvar a Europa. Mas este não é o caso – de todo. Qualquer pessoa de negócios sabe que tem de manter as despesas no mínimo – mas o que fará a empresa crescer será o investimento. E isto aplica-se também ao nosso continente. É verdade que as despesas desnecessárias podem prejudicar uma economia, mas é o investimento que irá restaurar o crescimento num país como a Grécia.

A política de coesão europeia é uma verdadeira política de investimento. Ao apoiar projetos concebidos à medida das necessidades das regiões europeias, ela reconstrói economias e reforça a sua posição nos mercados mundiais.

O Parlamento Europeu está atualmente a trabalhar na conceção da política de coesão para o próximo período de programação. Mas, paralelamente a este planeamento a longo prazo, nós estamos também a reagir às atuais necessidades das regiões mais afetadas da Europa. Por exemplo, estamos a debater uma alteração a um atual regulamento, de modo a aumentar o impacto do investimento da política de coesão em países como a Grécia.

Papel do Parlamento Europeu

Estamos cientes da importante responsabilidade que temos em mãos devido ao papel do Parlamento Europeu como co-legislador em matéria de política de coesão e ao facto de a Regulamentação Geral estabelecer regras para cinco Fundos (1) diferentes.

(1) Cinco Fundos: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE), Fundo de Coesão, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas (FEAMP).

Esperamos uma cooperação estreita com o Conselho e temos por objetivo um intensivo intercâmbio de opiniões com os atores regionais. Eu quero conseguir uma posição reforçada para as regiões, por exemplo, nas negociações sobre contratos de parceria.

O nosso plano passa pela adoção do pacote legislativo até ao fim do presente ano – se as negociações sobre o quadro financeiro plurianual (QFP) terminarem até lá.

Pacote legislativo para a Política de Coesão pós 2014

Estou confiante de que iremos alcançar compromissos satisfatórios em todos os assuntos relevantes. Mantemos laços estreitos com os diferentes intervenientes e com as instituições europeias. Com a *autoria do relatório* sobre a Regulamentação Geral a ser partilhada entre os dois maiores grupos políticos no Parlamento Europeu, iremos apresentar um relatório que irá reunir um forte apoio no Parlamento.

Resultados e desempenho

Focar os relativamente escassos recursos num número limitado de prioridades é a decisão certa. E sim, nós queremos uma política bem sucedida que cumpra as suas promessas. Não obstante, não nos devemos esquecer de que o fraco desempenho de uma região pode ficar a dever-se a factores externos à política de coesão. E, frequentemente, um fraco desempenho indica que uma região precisa de mais e não de menos apoio.

Por conseguinte, mantenho uma posição crítica face à introdução de uma reserva de desempenho, que só serve às regiões com bom desempenho, utilizando dinheiro que poderia ser gasto em projetos mais exigentes.



RUMO A UM MELHOR EQUILÍBRIO NA EUROPA

Lambert van Nistelrooij, Membro do Parlamento Europeu, Grupo do Partido Popular Europeu (democratas-cristãos), Membro da Comissão de Desenvolvimento Regional Co-relatora Regulamento Disposições Comuns sobre os Fundos Europeus.

Europa 2020 para todas as regiões

Os Estados-Membros da UE enfrentam um desafio comum. O Tratado de Lisboa reitera as pedras angulares da Europa: o conjunto de valores, o mercado interno único e as aspirações de lutar rumo a uma união política cada vez mais estreita. A política de coesão foi fundada sobre estes três pilares: Perto de metade das despesas da União são canalizadas para esta política. Esta afeta tanto os investimentos em I&D: investigação e desenvolvimento como em competitividade e em apoio estrutural para as regiões mais fracas.

Os principais desafios dos próximos anos serão como conseguir uma melhor sinergia entre os cinco fundos regionais e os fundos de I&D. Precisamos desta nova abordagem, levando para bordo as inexploradas capacidades dos mais novos Estados-Membros.

Saúdo as propostas da Comissão Europeia, assumindo a opinião de que uma «regulamentação abrangente» para os instrumentos das políticas estruturais incorporados nos objetivos da Estratégia Europa 2020 representa um grande passo em direção a uma maior coerência, impacto e visibilidade no terreno em toda a Europa. Isto salvaguarda a eficácia e a estratégia integrada da implementação da política.

As disposições comuns do planeamento estratégico, da programação e da lista comum de objetivos temáticos preparam caminho para a propriedade conjunta dos objetivos da Europa 2020. A economia impulsionada pelo conhecimento irá gerar empregos nas décadas futuras. Por conseguinte, precisamos de coordenar os programas de apoio de modo a que o valor acrescentado seja multiplicado – i.e. através da criação de mais sinergias entre os Fundos de Coesão e o Horizonte 2020. Esta nova abordagem é o foco das «Redes de Excelência». Não é aceitável que os Estados-Membros mais antigos absorvam perto de 90% do financiamento à investigação na UE.

Equilibrar solidariedade e interesses próprios

A Coesão Territorial permite que a Europa desenvolva em simultâneo regiões líderes e regiões em desenvolvimento que se consigam qualificar. Por outras palavras, este aspeto recompensa as regiões líderes e deve proteger as regiões em desenvolvimento da perspectiva «o vencedor leva tudo». A solidariedade e os interesses próprios serão equilibrados de modo equitativo. Precisamos de novos instrumentos com os quais a Europa, como um todo, beneficie e com os quais as regiões menos desenvolvidas tenham melhores possibilidades de garantir emprego agora e no futuro.

Na prática, trabalharemos com três conceitos centrais da Coesão Territorial: Concentração, Cooperação e Conexão. Os «3 C» são um importante meio de transporte para as Redes de Excelência. A investigação líder continuará a ser a prerrogativa dos candidatos mais notáveis. Todavia, as regiões e os consórcios nos Estados-Membros mais novos que denotem um alto potencial podem contar com o apoio direto dos Fundos Estruturais para fazerem sobressair a excelência nas respetivas regiões.

A nova abordagem tem por objetivo investir em I&D e em infraestruturas de conhecimento como uma base sólida para a competitividade e a criação de emprego no futuro. Os Fundos Estruturais estão a fazer exatamente aquilo que é suposto: construir uma Europa com equilíbrio territorial.

O Parlamento está atento

O pacote legislativo após 2014 é extremamente importante para uma maior integração europeia. Não podemos aceitar emergir da atual crise com uma Europa ainda mais desequilibrada. O Parlamento Europeu sublinha a necessidade de uma política de coesão que abranja toda a Europa. Esta política comprovou ser muito eficaz. É claro que temos de alcançar maiores sinergias dentro dos quadros de todos os Fundos. A proposta da Comissão Europeia dá-nos uma base estável. Esperamos realizar uma primeira votação na sessão plenária do Parlamento Europeu em Setembro de 2012.

AUMENTAR A CAPACIDADE DE SALVAMENTO NO MAR DA ESTÓNIA

O Golfo da Finlândia, uma movimentada faixa de água entre a Estónia e o sul da Finlândia, tem assistido a um crescente tráfego de navios de mercadorias e de recreio nos últimos anos, embora sofra de um desadequado nível de recursos de busca e salvamento marítimos. Um projeto transfronteiriço financiado ao abrigo do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional [FEDER (1)] procurou melhorar as capacidades de salvamento marítimo na zona e tornar a costa um lugar mais seguro.

O projeto VOMARE (VOLuntary MARitime REscue – Salvamento Marítimo Voluntário), que teve início em setembro de 2008, é liderado pelo Instituto de Salva Vidas da Finlândia (Helsínquia), a organização de cúpula das associações de salvamento marítimo voluntário da Finlândia que inclui 2 000 socorristas marítimos voluntários e 150 navios de salvamento. Este tem trabalhado em estreita colaboração com o Município de Vihula, na Estónia, com vista à melhoria da cooperação entre os sistemas de busca e salvamento marítimo voluntário finlandês e estónio.

Normas internacionais

Um dos principais objetivos do projeto tem sido aumentar o estado de prontidão dos serviços de salvamento na costa estónia para o nível requerido nos termos dos acordos internacionais de modo a tornarem os serviços de salvamento suficientes para as próprias necessidades do país e dos visitantes internacionais.

Durante o projeto, que foi concluído em junho de 2011, realizaram-se diversas sessões conjuntas de treino com vista à harmonização dos processos e à melhoria da comunicação e da cooperação.

O projeto envolveu 60 voluntários estónios e quatro cidades parceiras: Toila, Vihula, Lohusuu e Mustvee. Foram estabelecidas novas unidades de busca e salvamento na Estónia que foram capacitadas com voluntários recém-treinados. Boa parte do treino decorreu na convenientemente localizada Ilha de Bagaskär.

Além disso, quatro navios totalmente equipados, suportados por um abrangente treino de utilizadores, foram entregues aos grupos de salvamento estónios e três outros foram entregues às organizações de salvamento finlandesas.

«Na Finlândia, a tradição de voluntariado no salvamento marítimo remonta há 100 anos. Agora está a levar-se o mesmo tipo de serviço de salvamento à Estónia», afirmou Jori Nordström, Diretor de Operações do Instituto de Socorros a Náufragos da Finlândia.

O principal objetivo do projeto VOMARE é reavivar as operações de busca e salvamento marítimo voluntário na Estónia com base no desejo natural dos indivíduos de se ajudarem uns aos outros. Melhorar a autossuficiência da Estónia para fornecer serviços de salvamento reduz, igualmente a necessidade de a Finlândia participar em missões de salvamento na Estónia. Das 1000 missões de busca e salvamento anuais do Instituto de Socorros a Náufragos finlandês, perto de 23 % decorrem no Golfo da Finlândia.

SAIBA MAIS

www.centralbaltic.eu/component/content/article/6-project-info/296-vomare-voluntary-maritime-rescue

« O VOMARE ajudou a formar e equipar as equipas de salva-vidas, ajudando-as a tornar a costa um lugar mais seguro. »



Custo total:

EUR 990 000

Financiamento da UE:

EUR 645 000

(1) Programa INTERREG IV A no Báltico Central 2007-2013.

SOLUÇÃO DE ARMAZENAMENTO LOCAL DE ENERGIA PARA ÁREAS RURAIS

A capacidade de gerar e armazenar energia em áreas rurais pode ser a solução para o dispendioso problema, de várias partes do mundo, de ter de levar as redes eléctricas até locais remotos. Esta é a estratégia por detrás do projeto SOPRA – Sustainable Off-Grid Powerstations for Rural Applications (centrais eléctricas sustentáveis fora de rede para aplicações rurais) – financiado pela UE, que está a desenvolver um sistema independente de armazenamento de energia que possa receber e gerir energia gerada localmente a partir de diferentes fontes, incluindo solar, hidráulica e eólica.

Ao mesmo tempo que fornece uma solução rentável para o fornecimento de eletricidade em zonas remotas da Europa e do resto do mundo, a tecnologia em desenvolvimento nos Países Baixos pode, também, dar um valioso contributo para o objectivo europeu de aumentar a quota de energias renováveis no seu cabaz energético.

Em várias zonas rurais, a distância até à rede eléctrica é, frequentemente, demasiado longa, o que torna uma ligação física impraticável ou inviável do ponto de vista económico. A alternativa convencional para que estas zonas recebam eletricidade é através da utilização de geradores a gasóleo, cujo funcionamento é cada vez mais dispendioso e, muitas vezes, demasiado ruidoso.

No âmbito do projeto SOPRA, financiado pelo FEDER⁽¹⁾ e liderado pela empresa holandesa especialista em conversão de energia eléctrica ALFEN b.v., estão a ser desenvolvidos dois protótipos de sistemas híbridos fora de rede – um sistema fixo e um sistema transportável num contentor de 20 pés (6 metros). Isto significa que as fontes de energia locais não têm de ser usadas imediatamente e podem ser armazenadas conforme o necessário para providenciar uma fonte fiável de energia a pedido para escolas, aldeias, hospitais e estaleiros em zonas remotas.

A nível mundial, entre 1,6 a 2 mil milhões de pessoas não têm acesso a eletricidade, uma vez que a ligação à rede pública de distribuição não é economicamente viável. O armazenamento fora de rede através da utilização de energia limpa, local, abre a porta a várias novas áreas de mercado.

De facto, um dos principais fatores que retrai o desenvolvimento da utilização de energia solar é a necessidade aprofundar o desenvolvimento das atuais soluções de armazenamento, de modo a que esta possa ser utilizada em situações remotas fora da rede.

Evert Raaijen,
Gerente de desenvolvimento comercial na ALFEN b.v.



Custo total:

EUR 1 991 100

Financiamento da UE:

EUR 497 800

« O projeto SOPRA tem por objetivo fornecer uma tecnologia rentável que maximize a utilização de fontes locais de energia, quer estas sejam solares, eólicas ou hidráulicas. »

O protótipo estará pronto em junho de 2012 e será testado de forma intensiva em zonas remotas representativas das áreas-alvo. A produção irá começar nos Países Baixos em paralelo com os testes de aceitação, o que fornecerá diversas oportunidades de emprego.

A nova tecnologia tem uma série de aplicações e há inúmeras oportunidades de mercado na Europa e no mundo em desenvolvimento.

SAIBA MAIS

www.sopra-project.com/

(1) Programa Operacional Regional para o Leste dos Países Baixos para o período de 2007-2013.

SISTEMA DE REGISTO DE EMPRESAS ONLINE COM BALCÃO ÚNICO PARA OS EMPREENDEDORES DA POLÓNIA

O Ministério da Economia da Polónia lançou um moderno sistema de registo de empresas online que oferece um balcão único para o registo, a atualização e a procura de informação sobre outras empresas.

O Central Registration and Information on Economic Activity (CEIDG) (Centro de Registo e Informação sobre as Atividades Económicas) foi desenvolvido com o apoio do Programa Operacional «Economia Inovadora» do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

Os principais objetivos do projeto são o desenvolvimento de uma base de dados centralizada das atividades empresariais na Polónia e permitir o registo online da atividade empresarial. Um dos principais objetivos é a harmonização das normas e dos sistemas de relacionamento com os empreendedores ao mesmo tempo que estes usufruem de um balcão único para serviços de elevada qualidade.

Ao mesmo tempo que reduz o tempo necessário ao registo de empresas, o novo serviço também permite o intercâmbio eletrónico de dados relevantes entre todas as instituições envolvidas no processo de registo.

Utilizando um perfil eletrónico fidedigno ou uma assinatura eletrónica (com certificado de qualificação), um cidadão pode aceder online para preencher as formalidades necessárias ao registo de empresas na Polónia. Depois de criar uma conta no Web site oficial (www.firma.gov.pl), o empreendedor só tem de seguir o assistente passo-a-passo para preencher a informação requerida e registar o seu novo negócio.

Se assim o desejar, o empreendedor pode também preparar o seu pedido no Web site e deslocar-se a um gabinete municipal para o assinar presencialmente.

Ao clicar no botão para submeter o formulário CEIDG, o empreendedor está a desencadear o registo junto das Finanças nacionais, do gabinete central de estatísticas e da segurança social. Isto significa que o empreendedor pede automaticamente os números de identificação fiscal e de registo estatístico (NIF e REGON). O novo registo de empresa é publicado num prazo de 48 horas no Web site nacional www.firma.gov.pl, mas pode começar-se a fazer negócio imediatamente após a confirmação do pedido.

« Depois de criar uma conta no Web site oficial, o empreendedor só tem de seguir o assistente passo-a-passo para preencher a informação requerida e registar o seu novo negócio. »

Uma vez registados no CEIDG, os empreendedores podem aceder a outros serviços online, tais como alteração das suas entradas no registo, suspensão temporária da atividade e até mesmo encerramento da empresa, tudo sem terem de se deslocar a qualquer gabinete estatal.

A plataforma oferece a possibilidade de procura de outras empresas e de procurar informação necessária a uma potencial cooperação com outros empreendedores. O sistema ficou online em julho de 2011 e regista atualmente uma taxa de mais de 20 000 transações por dia.

SAIBA MAIS

www.ceidg.gov.pl



Custo total:

EUR 6 900 000

Financiamento da UE:

EUR 5 800 000

AGÊNCIA DE MEDIAÇÃO AJUDA AS PME ESPANHOLAS A TRANSITAR PARA UMA NOVA ADMINISTRAÇÃO

A «renovação de empresas» (Reempresa) é uma nova abordagem que está a ser implementada na região espanhola da Catalunha para ajudar à transmissão e à bem sucedida continuação das atividades das pequenas empresas, dando assistência aos novos empreendedores que assumem o seu controlo.

Perto de 95 000 microempresas e PME encerram todos os anos na Catalunha. Com o inovador processo Reempresa espera-se que pelo menos 15% sobrevivam – proporcionando emprego continuado à sua mão-de-obra.

O Centro Reempresa da Catalunha foi lançado em 2010 e conta com o apoio da Associação Patronal da Catalunha (Cecot) e de uma fundação privada que promove o autoemprego na Catalunha (CP'AC). É cofinanciado pela Região da Catalunha (Generalitat de Catalunya Departament d'Economia i Coneixement) e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

Trata-se de um serviço físico e virtual de mediação e assistência que ajuda as pequenas empresas a procurarem novos proprietários junto de potenciais empreendedores. As empresas-alvo são pequenas, frequentemente negócios familiares, que enfrentam dificuldades de transmissão ou de continuação.

O Centro é o ponto principal de dados e de conhecimento para o processo de mediação e ajuda os potenciais proprietários com a sua metodologia de «reempresa». Organiza programas de informação pormenorizada para destacar os benefícios da abordagem Reempresa para as empresas que procuram desinvestir os seus interesses e para os potenciais novos empreendedores.

« Empresas que enfrentam problemas de continuação são ajudadas a abandonarem a atividade, garantindo a sua continuidade e assegurando o futuro dos seus funcionários. »

Em 2011, o Centro Reempresa ajudou a alcançar 13 «mediações de PME». Isto resultou na preservação de cerca de 145 empregos. Nos primeiros meses de 2012, o número de «mediações de PME» é já superior àquele, o que é revelador do sucesso do projeto.

O Centro ajuda potenciais empreendedores a encontrarem novos negócios onde investirem e proporciona-lhes orientação sobre o processo de transferência do negócio. Estes empreendedores podem adquirir ou locar os ativos de uma empresa existente como alternativa à criação de uma nova empresa desde o início.

SAIBA MAIS

Reempresa: www.reempresa.org/?idioma=2

Cecot (Associação Patronal da Catalunha, promotor conjunto do projeto): www.cecot.org

CP'AC: www.autoocupacio.org

Generalitat de Catalunya Departament d'Economia i Coneixement: www.gencat.cat

Reempresa no twitter: @Reempresa

Reempresa no LinkedIn: www.linkedin.com/groups/Reempresa-3945960

Reempresa-3945960



Custo total:

EUR 1 700 000

Financiamento da UE:

EUR 850 000

PRÉMIOS REGIOSTARS

GANHAR ÍMPETO

Em 16 de janeiro de 2012, os 24 finalistas dos Prémios RegioStars 2012 deslocaram-se a Bruxelas (BE) e apresentaram os respetivos projetos pessoalmente a um júri independente de alto nível reunido pela Comissão Europeia.

A edição de 2012 dos Prémios RegioStars assistiu a um número recorde de candidaturas, com um total de 107 pedidos recebidos de toda a União Europeia.

Isto é um sinal de que não só a competição está a alcançar os seus objetivos de destacar as boas práticas do desenvolvimento urbano e regional, como também de que todos os participantes – vencedores e finalistas – beneficiam muito por serem colocados no centro das atenções europeias. Quando os vencedores dos Prémios RegioStars 2012 forem anunciados, em junho de 2012, todos os finalistas deverão ser saudados como vencedores.

Júri independente

Na edição de 2012 o júri é presidido por Luc Van den Brande, antigo presidente do Comité das Regiões (2008-2010), que lidera um painel de 11 pessoas que reúne especialistas da indústria, académicos e consultores.

As qualidades procuradas pelo júri incluem:

- o carácter inovador do projeto;
- o impacto (ou o impacto esperado) do projeto em termos de objetivos iniciais;
- a expectativa de sustentabilidade do projeto; e
- os resultados do projeto na melhoria de parcerias locais, regionais e inter-regionais.

A edição de 2013 dos Prémios RegioStars já está em curso, com várias candidaturas recebidas antes da data de encerramento em 20 de Abril de 2012.

O CONCURSO

Os Prémios RegioStars foram instituídos há cinco anos no âmbito da iniciativa «As regiões e a mudança económica» da Comissão Europeia. O seu objetivo é identificar as boas práticas que estão a ser aplicadas no desenvolvimento regional e destacar projetos originais e inovadores que possam ser atraentes e inspiradores para outras regiões.

O concurso está dividido em várias categorias: crescimento inteligente, crescimento sustentável, crescimento inclusivo, a categoria CityStar e a categoria de informação e comunicação.

Após uma primeira análise do júri, os 24 projetos mais promissores são convidados a apresentarem perante o júri os respetivos projetos e a responderem a algumas perguntas, num evento com a duração de um dia, antes da seleção dos vencedores de cada categoria.

Para serem elegíveis, os projetos têm de ser cofinanciados pelos Fundos Estruturais* da UE e realizados através de uma série de programas nacionais, regionais ou de cooperação.

As candidaturas são submetidas em nome do líder ou do promotor do projeto pela (ou com o endosso da) autoridade de gestão nacional ou regional responsável pelo cofinanciamento.

* O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão (FC) ou o Instrumento de Assistência Pré-Adesão (IPA) desde 1 de janeiro de 2000.



Os vencedores dos **REGIOSTARS 2012** serão anunciados na cerimónia de entrega de prémios em **Bruxelas, a 14 de junho.**



Benefícios tangíveis para os vencedores e para os finalistas

A Comissão Europeia contactou recentemente todos os anteriores vencedores e finalistas para apurar quais os seus sentimentos face ao concurso e quais os benefícios que este lhes tinha levado.

A resposta universal foi que todos eles recomendariam certamente outros a apresentarem os respetivos projetos em Prémios RegioStars futuros.

A maioria deles sentia claramente que a sua participação tinha obtido «benefícios tangíveis», com 93% dos vencedores a confirmarem este facto e com 73% dos finalistas listados a afirmarem terem obtido a mesma experiência positiva.

Tanto vencedores como finalistas destacaram benefícios em termos de visibilidade e prestígio, do encontro de parceiros, da partilha de experiências com projetos semelhantes e até mesmo de motivação pessoal. Na opinião deles, o concurso foi uma excelente experiência que ajudou a dar aos respetivos projetos uma enorme exposição e publicidade. Muitos eram, também, da opinião que o concurso lhes tinha dado confiança para avançarem.

Um participante afirmou: «Foi uma possibilidade de reforçar a nossa estratégia local e regional para melhorar a mobilidade urbana sustentável. Este confere um reconhecimento internacional a uma boa prática regional que pode ser majorado em toda a Europa.»

Vários consideraram ter conseguido mais atenção dos media regionais e nacionais e mais apoio político. Todos apreciaram a grande visibilidade que o concurso lhes deu junto do governo, das comunidades locais e de potenciais parceiros.

Alguns participantes consideraram que os Prémios também tiveram um efeito positivo na moral do pessoal. Um vencedor afirmou: «Nós somos agora uma equipa com um prémio.» Outro viu isto como uma experiência interessante «que inspirou e animou o pessoal».

Alguns apontaram a experiência positiva de conhecerem as equipas de outros projetos, o que consideraram valioso e útil para aprenderem alguma coisa. «Foi um modo excelente de colaborar e partilhar competências, conhecimentos e melhores práticas e de aprender com os outros», afirmou um participante.

Muitas das empresas participantes usufruíram de claros benefícios na frente comercial: «O Prémio ajudou-nos a garantir os nossos planos futuros e é ainda usado como uma boa notícia nas nossas atuais candidaturas a fundos estruturais», afirmou um dos vencedores. Outro afirmou que a distinção ajudou a atrair novos parceiros e estimulou o interesse do financiamento privado.

Um pragmático finalista afirmou que o prémio foi muito útil para elevar a visibilidade da sua empresa junto de agências de financiamento e de organismos políticos e universitários.

SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/cooperate/regions_for_economic_change/regiostars_en.cfm



Finalistas e membros do júri dos RegioStars 2012

O FEDER APOIA A ADMINISTRAÇÃO EM LINHA – MAS MAIS PRECISA DE SER FEITO

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional contribuiu para o desenvolvimento de serviços públicos eletrónicos na Europa, de acordo com um relatório do Tribunal de Contas. Todavia, os benefícios até à data têm ficado aquém das expectativas.

O relatório do Tribunal de Contas, intitulado «Os projetos de administração em linha apoiados pelo FEDER foram eficazes?» focou-se em projetos cofinanciados pelo FEDER no período 2000-06 que tiveram por objetivo o desenvolvimento de serviços de administração em linha em quatro Estados-Membros: França, Itália, Polónia e Espanha.

O Tribunal analisou os documentos estratégicos e de programação relevantes e visitou 28 projetos administrativos de desenvolvimento de administração em linha, tendo analisado se estes projetos cumpriam as necessidades identificadas, se estavam bem concebidos e tinham os resultados planeados e se eram úteis e duradouros. Um inquérito em linha enviado a uma amostra de gestores de projetos complementou este trabalho.

No período abrangido pelo relatório, as administrações públicas viram a administração em linha como um meio de aliviar o fardo administrativo para os cidadãos, empresas e outras administrações e de melhorar os serviços fornecidos. Estes passos destinavam-se, também, a reduzir as barreiras no mercado interno, ajudarem à mobilidade dos cidadãos na Europa e a ajudarem a alcançar os objetivos de competitividade e inovação da UE 2020.

O relatório do Tribunal concluiu que embora os projetos de administração em linha apoiados pelo FEDER tivessem contribuído de forma geral para o desenvolvimento dos serviços públicos eletrónicos e embora a maioria dos projetos fossem tecnicamente operacionais, os benefícios obtidos foram inferiores ao que se poderia esperar, devido a uma falta de foco suficiente nos resultados dos projetos.

Embora tivesse endossado os projetos por, de forma geral, estes produzirem resultados, serem tecnologicamente sãos e financeiramente sustentáveis, o Tribunal notou que os projetos foram frequentemente fornecidos tardiamente ou com um âmbito reduzido devido a uma fraca conceção ou implementação e não respondiam a necessidades prioritárias. Além disso, uma falta de medição dos benefícios dos projetos significou que não foi possível avaliar projetos nem acumular conhecimento para programas futuros.

O relatório é concluído com uma série de recomendações às autoridades de gestão e à Comissão Europeia com vista a garantir que o apoio futuro do FEDER aos projetos de administração em linha tem por base necessidades identificadas, objetivos claros e benefícios em termos de custos, com uma eficaz avaliação de resultados e impactos.

Em resposta, a Comissão Europeia saudou a avaliação positiva do Tribunal sobre o contributo positivo do FEDER para os serviços de administração em linha em quatro Estados-Membros e, embora tivesse reconhecido as falhas identificadas, apoiou as recomendações para uma análise, fornecimento e avaliação melhorados.

O relatório completo pode ser consultado em:

<http://eca.europa.eu/portal/pls/portal/docs/1/9288731.PDF>



FORNECER «FINANCIAMENTO, FLEXIBILIDADE E FOCUS» A REGIÕES ESPECÍFICAS DA UE

As regiões europeias com características geográficas específicas – ilhas, montanhas ou baixa densidade demográfica – enfrentam, frequentemente, desafios que afetam o respetivo desempenho económico e a bem-sucedida implementação de políticas. Um estudo recente explorou o assunto e demonstrou o papel crucial desempenhado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pela Política de Coesão nessas regiões.

Com a sua entrada em vigor em 1 de dezembro de 2009, o Tratado de Lisboa reforçou a necessidade de se dar atenção às regiões que enfrentam desafios específicos de desenvolvimento, em particular as que têm «desvantagens naturais e demográficas graves e permanentes, como as regiões mais setentrionais com uma densidade demográfica muito baixa, as ilhas e as regiões fronteiriças e montanhosas».

O estudo – «Pertinência e eficácia do apoio dado pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão às regiões com características geográficas especiais – ilhas, áreas montanhosas e demograficamente dispersas» – realizado pela ADE (Analysis for Economic Decisions) abrangeu dois períodos de financiamento (2000-2006 e 2007-2013) e baseou-se na análise ao impacto do FEDER/Fundo de Coesão em 15 regiões NUTS 2 e em seis áreas NUTS 3 (ver a caixa) (1).

O estudo pôs a descoberto algumas características comuns entre estas regiões e áreas, incluindo:

- um êxodo de jovens, baixas taxas de natalidade e envelhecimento das populações locais;
- dependência de «ativos» particulares, incluindo recursos naturais, clima, paisagens e o desenvolvimento de turismo ou de atividades associadas; e
- uma falta de «massa crítica» em termos de dimensão dos mercados internos, do número de trabalhadores qualificados, acesso a formação e de potencial de investimento interno.

O estudo concluiu que o FEDER e o Fundo de Coesão oferecem um significativo valor acrescentado através:

- do fornecimento de um quadro financeiro estável, a longo prazo, no qual as regiões podem desenvolver diversos projetos;
- da atuação como um importante catalisador para a atração de financiamento interno de projetos importantes;

(1) A classificação NUTS subdivide cada Estado-Membro da UE em três níveis (NUTS 1, 2 e 3), com o segundo e terceiro níveis de subdivisão do primeiro e do segundo níveis respetivamente.

15 REGIÕES NUTS 2 ABRANGIDAS PELO ESTUDO:

Steiermark (AT), Rhône-Alpes (FR), Castilla la Mancha (ES), Ilhas Baleares (ES), Itä-Suomi (FI), Córsega (FR), Sicília (IT), Sterea Ellada (EL), Voreio Aigaio (EL), Śląskie (PL), Centro (PT), Hovedstaden (DK), Övre Norrland (SE), Vzhodna Slovenija (SI), e Highlands and Islands (UK).

6 ÁREAS NUTS 3 ABRANGIDAS PELO ESTUDO:

Cuenca (ES), Norrbotten (SE), Lesbos (EL), Bornholm (DK), Ardèche (FR), e Ilhas Ocidentais (UK).

- do fornecimento de uma ferramenta flexível para responder a necessidades e desafios específicos, ao mesmo tempo que se mantém a complementaridade de outros Fundos internos e da UE; e
- da melhoria do foco estratégico, do envolvimento dos intervenientes e dos níveis de «boa governação».

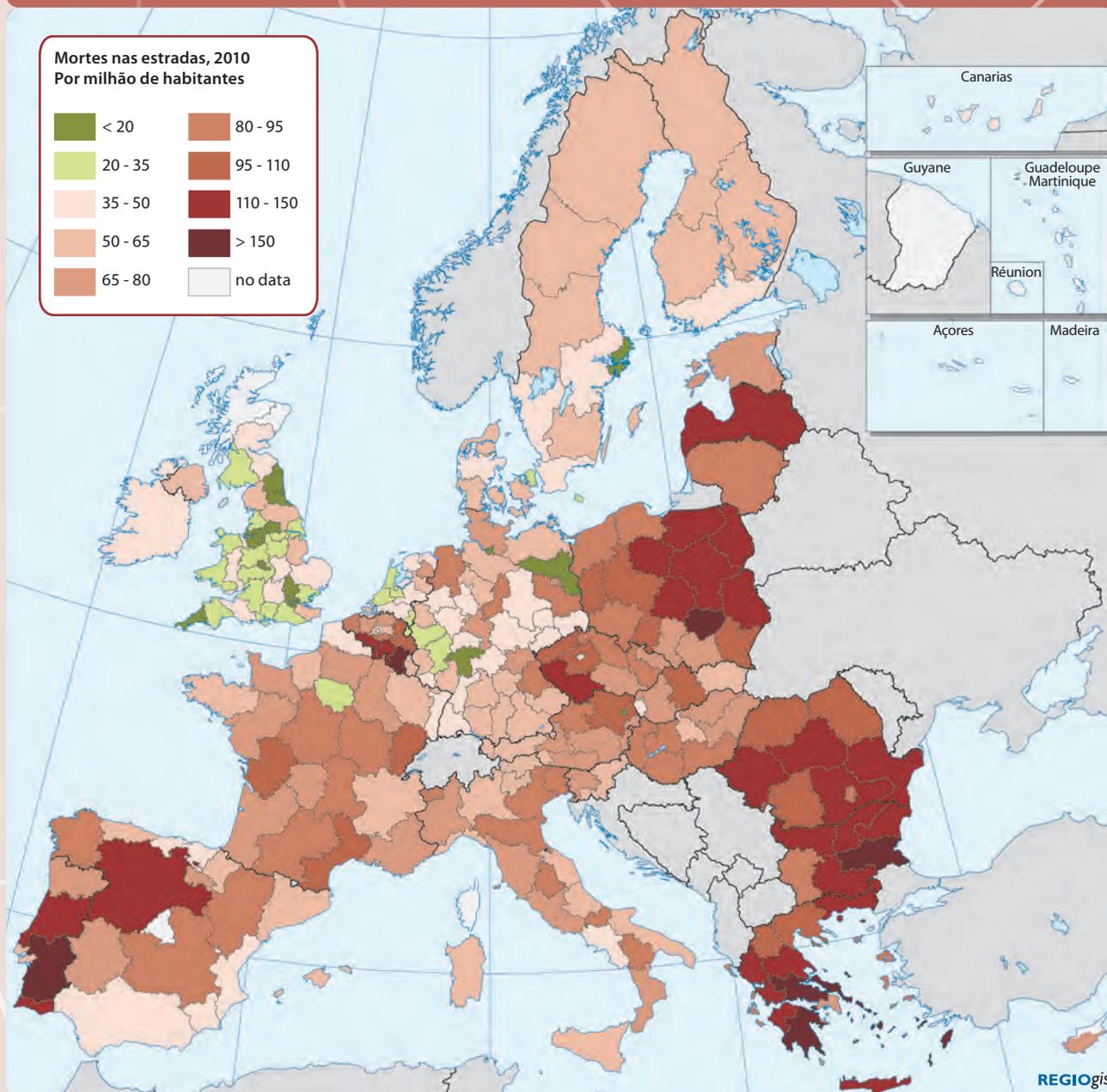
Não obstante, o estudo sugere que os dois instrumentos financeiros poderiam tornar-se mais eficientes se destacassem as especificidades geográficas em cada fase do processo de financiamento em vez de as encarar como «problemas». Outra conclusão foi que a política deve avançar para além do desenvolvimento de infraestruturas como o principal objetivo de financiamento, concentrando-se em vez disso num número limitado de prioridades que já comprovaram ser vantajosas para a região – nomeadamente uma abordagem baseada nos ativos. Além disso, acordos mais flexíveis nos vários níveis de governação seriam mais vantajosos para o sucesso da política regional nestas regiões e áreas.

O estudo conclui que o FEDER e a Política de Coesão são ferramentas adequadas ao desenvolvimento das regiões com características geográficas específicas, proporcionando o financiamento, as flexibilidades e o foco necessário para encorajar a realização de projetos eficazes.

Leia o estudo completo:

- http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/pdf/eval2007/geographical_final1.pdf
- http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/pdf/eval2007/geographical_final2.pdf

MORTES NAS ESTRADAS POR MILHÃO DE HABITANTES, 2010

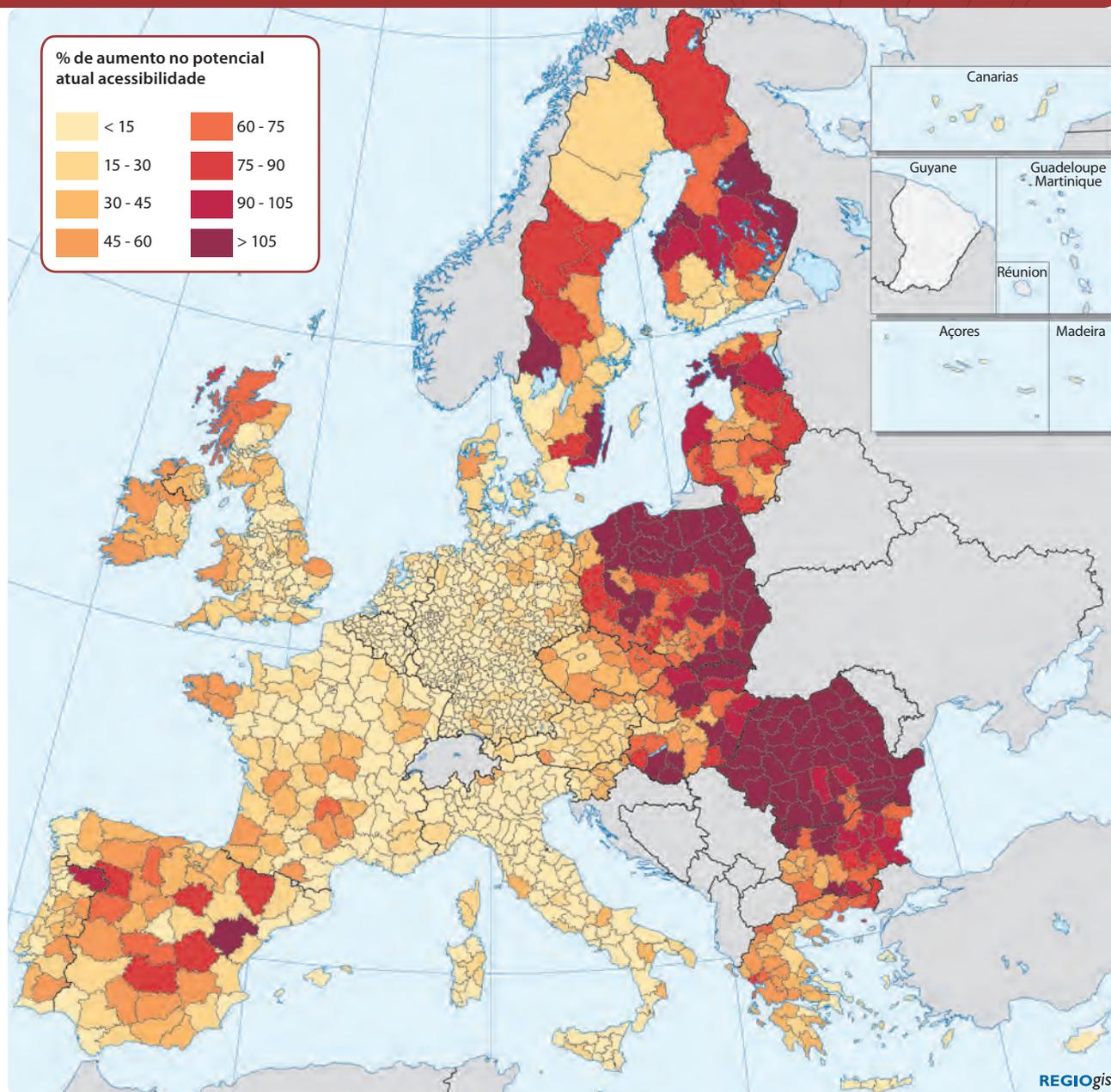


UE-27 = 61,4 | A meta da estratégia europeia 2020 = 33,8 | BE, BG, CZ, DE, LV, NL, SE: 2009
Fonte: DG Mobilidade e Transportes, DG Energia, DG Política Regional.

Em 2010, os Países Baixos, a Suécia e o Reino Unido registaram apenas 32 mortes nas estradas por cada milhão de habitantes, em comparação com mais de 100 na Polónia, Grécia, Roménia e na Bulgária. A UE quer reduzir em 50% o número de mortes em acidentes de viação em 2020 face a 2010. Esta percentagem representa 34 mortes nas estradas por cada milhão de habitantes em 2020. Os Países Baixos, a Suécia e o Reino Unido reduziram o número de mortes para metade entre 2001 e 2010 e estão atualmente abaixo do objetivo da UE para 2020. Contudo, vários Estados-Membros e regiões têm ainda um longo

caminho a percorrer para alcançarem o objetivo. Sete regiões registam mais de 150 mortes nas estradas por milhão de habitantes a cada ano: uma região na Bulgária, Polónia e Portugal, três na Grécia e uma na Bélgica (Província do Luxemburgo) têm a mais elevada taxa de mortes nas estradas da UE com 258 casos por milhão de habitantes. Embora a melhoria das infraestruturas rodoviárias possa ajudar a reduzir as mortes, é provável que as alterações na aplicação da lei e no comportamento dos condutores tenham um impacto muito maior e mais rápido.

POTENCIAL AUMENTO DE **ACESSIBILIDADE** **RODOVIÁRIA**: CENÁRIO DE ALTA VELOCIDADE EM COMPARAÇÃO COM A ATUAL SITUAÇÃO



© EuroGeographics Association para os limites administrativos

A potencial acessibilidade calcula a distância inversa ponderada pela população à qual se pode chegar em aproximadamente quatro horas de tempo de viagem. O cenário de alta velocidade assume uma ampla existência de autoestradas. | Fonte: DG Política Regional, Spiekermann & Wegener.

Este mapa mostra, em cores progressivamente mais escuras, as regiões onde a melhoria das infraestruturas rodoviárias poderia fazer aumentar significativamente o número de pessoas a que se poderia chegar em cerca de quatro horas de viagem de automóvel. O mapa compara o número de pessoas a que se pode chegar atualmente com o número de pessoas a que se poderia chegar se o limite de velocidade fosse superior em mais estradas. Isto demonstra que na maioria das regiões desenvolvidas, as infraestruturas adicionais de transportes pouco mudariam. Contudo, na maioria das regiões do leste da União Europeia o número de pessoas ou o mercado potencial mais do que duplicaria.

O número de pessoas a que se pode chegar é importante não só para as empresas que tentam vender produtos e serviços. É um dado que muda também a quantidade de hospitais, escolas e outros pontos de serviços públicos necessários. Fracas infraestruturas rodoviárias significam que as pessoas têm de fazer longas viagens para chegarem a estes serviços públicos ou que as autoridades precisam de construir bastantes mais centros para servirem populações mais pequenas.

DATAS DA AGENDA

KN-LR-12-041-PT-C

- 10 DE MAIO DE 2011** Regiões e cidades para um desenvolvimento territorial integrado _Bruxelas (BE)
- 14 DE JUNHO DE 2012** Prémios RegioStars _Bruxelas (BE)
- 15 DE JUNHO DE 2012** Conferência As Regiões e a Mudança Económica _Bruxelas (BE)
- 17 A 19 DE JUNHO DE 2012** 3º Fórum Anual da Estratégia da UE para a Região do Mar Báltico _Copenhaga (DK)
- 2 A 3 DE JULHO DE 2012** 2º Fórum das Regiões Ultraperiféricas _Bruxelas (BE)
- 21 DE SETEMBRO DE 2012** European Cooperation Day _Bruxelas (BE)
- 8 A 11 DE OUTUBRO DE 2012** OPEN DAYS, Semana Europeia das Regiões e Cidades _Bruxelas (BE)
- 27 A 28 DE NOVEMBRO DE 2012** 1º Fórum Anual da Estratégia da UE para a Região do Danúbio _Regensburg (DE)

Poderá encontrar mais informações sobre estes eventos na secção Agenda do Web site Inforegio:

http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/agenda/index_pt.cfm

DÊ-NOS A SUA OPINIÃO

Na *Panorama 41* pôde ler sobre os planos da Comissão para simplificar as regras e para dar uma ênfase mais forte aos resultados na futura política de coesão.

Se pretender partilhar a sua opinião sobre como estas propostas irão afetar a sua região ou área de interesse ou pretender colocar algumas questões pertinentes, contacte-nos através de:

regio-panorama@ec.europa.eu

ISSN 1725-8154

© União Europeia, 2012

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.



Publications Office

Comissão Europeia, Direcção-Geral da Política Regional
Comunicação, Informação e Relações com Países Terceiros
Raphaël Goulet
Avenue de Tervueren 41, B-1040 Bruxelas
Courriel: regio-info@ec.europa.eu
Internet: http://ec.europa.eu/regional_policy/index_pt.htm